

**Nº20 - Reunião Ordinária da
Câmara Municipal de Chaves
Realizada no dia 29 de setembro
de 2017. -----**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Chaves, no "Salão Nobre" do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Sr. Arq. António Cândido Monteiro Cabeleira, e com as presenças dos Vereadores, Sr. Arq. Carlos Augusto Castanheira Penas, Sra. Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, Sr. João Carlos Alves Neves, Sr. Dr. Francisco António Chaves de Melo, Sr. Dr. Paulo Francisco Teixeira Alves, Sr. Eng. João Adérito Moura Moutinho, e comigo, Marcelo Caetano Martins Delgado, Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

Pelo Presidente foi declarada aberta a Reunião quando eram nove horas e dez minutos, iniciando-se a mesma de acordo com a ordem do dia previamente elaborada e datada de vinte e seis de setembro de dois mil e dezassete. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

I - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQ. ANTÓNIO CÂNDIDO MONTEIRO CABELEIRA. -----

1 - Voto de Pesar - Iniciada a reunião, usou da palavra, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, tendo solicitado, ao executivo camarário, a aprovação de uma proposta consubstanciada na manifestação de pesar, pelo falecimento do colaborador municipal e Chefe de Divisão, Eng. José António Carneiro, enaltecendo as suas qualidades pessoais e profissionais. -----
Caso a presente proposta - Voto de Pesar - venha a merecer acolhimento, por parte do executivo municipal, deverá, tal deliberação, ser levada ao conhecimento da família enlutada. -----
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

2 - Documentos para conhecimento do Executivo Municipal - Seguidamente, o Presidente da Câmara, Senhor Arq. António Cabeleira, deu conhecimento, ao Executivo Municipal, da seguinte documentação relacionada com a atividade municipal, a saber: -----
- Modificações ao Orçamento da Despesa - Modificação n.º 12. -----
- Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos - Modificação n.º 12. -----

- Relatório de execução orçamental e informação sobre a situação económica e financeira do 1º semestre 2017 d "EHATB, EIM SA." -----

3 - Nomeação, em regime de substituição, para o exercício do cargo de direção intermédia de 2º Grau - Divisão de Águas e Resíduos - Sobre esta matéria, o Presidente da Câmara informou o executivo municipal que, por seu despacho datado do pretérito dia 25 de setembro do corrente ano, foi nomeado, em regime de substituição, com efeitos a partir dessa data, para exercer as funções correspondentes ao cargo de direção intermédia de 2º Grau - Divisão de Águas e Resíduos - o Técnico Superior, Eng. Carlos Delmar Emiliano Fernandes. -----

II - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, SENHOR DR. FRANCISCO ANTÓNIO CHAVES DE MELO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

1 - Organização do Processo Eleitoral - Sobre esta matéria, o Vereador interveniente solicitou, junto do Presidente da Câmara, informação, sobre a adequada organização do processo eleitoral, que irá ter lugar, no próximo domingo, nomeadamente, no que concerne à constituição das mesas de voto. -----

Solicitou, ainda, informação, sobre a existência de eventuais reclamações no que diz respeito à composição de tais mesas de voto.--

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --
A organização do processo eleitoral, na linha do que vem acontecendo, em anteriores atos eleitorais, tem decorrido com inteira normalidade administrativa, não sendo do seu conhecimento que se tenham registado quaisquer reclamações no que concerne à composição das mesas eleitorais. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo solicitado, ainda, informação sobre a seguinte matéria: -----

- Saúde Financeira da Empresa denominada "Grownfresch" - Sobre esta matéria, o vereador interpelante reiterou o seu pedido de esclarecimento, sobre a situação económico-financeira da empresa identificada, em epígrafe, atendendo à recente entrevista dada, sobre a matéria, pelo Presidente da Câmara. -----

Em resposta à intervenção, acima, exarada, usou da palavra, o Presidente da Câmara, tendo, sobre a matéria, referido o seguinte: --

1 - A Autarquia não dispõe de qualquer informação privilegiada relativamente à situação económico-financeira da empresa denominada "Grownfresch". -----

2 - O contrato formalizado com a referida empresa, tendo como objeto a legal constituição do direito de superfície, sobre os lotes localizados no Parque Empresarial, contempla a possibilidade de resolução, de tal contrato, registando-se uma situação de incumprimento, por parte do superficiário. -----

III - INTERVENÇÃO DO VEREADOR DO PARTIDO SOCIALISTA, ENG. JOÃO ADÉRITO MOURA MOUTINHO. -----

Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo abordado, verbalmente, os seguintes assuntos relacionados com a atividade municipal, a saber: -----

- **Instalação de postos de abastecimento de viaturas elétricas** - Usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, verbalmente, sugerido que a "CIM" do Alto Tâmega, na área das suas competências, deveria avançar com uma proposta consubstanciada na colocação de postos de carregamento de viaturas elétricas, garantindo, assim, que a zona do Alto Tâmega tenha condições para promover, ativamente, a mobilidade elétrica. -----

I
ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS:

1. ATAS:

1.1. Aprovação da ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, realizada em 15 de setembro de 2017. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar, depois de lida, a referida ata, com as correções sugeridas, pelo Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, as quais foram, de imediato, introduzidas, na redação do aludido documento. -----

2. GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

2.1. MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA NADIR AFONSO-EXPOSIÇÃO "JOÃO MACHADO, ARTE DA COR"/PREÇO DE VENDA DE LIVRO/CATÁLOGO E CARTAZES. INFORMAÇÃO Nº113/ANO 2017. -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento e Fundamentação-----

No próximo dia 28 de outubro será inaugurada no Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso, a Exposição "João Machado, Arte da Cor" Para a referida exposição foi produzido um catálogo/livro, com edição de 1000 exemplares. -----

O livro/catálogo terá um mínimo de 160 páginas e incluirá diversos capítulos sobre a obra do escultor e designer João Machado. O custo da edição/produção é de aproximadamente 20 € / exemplar (layout, traduções, impressão, outros custos associados).-----

Foram igualmente concebidos pelo autor e posteriormente produzidos, dois cartazes, um alusivo especificamente à exposição e um outro alusivo ao MACNA, destinados também a integrar o acervo do museu. --- Considerando que é de todo o interesse disponibilizar o livro/catálogo e os cartazes aos visitantes, como forma de promover e divulgar o Museu; -----

Considerando que tem sido manifestado um interesse acrescido por parte de visitantes na aquisição de catálogos e se espera um interesse similar relativamente aos cartazes; -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, sugere-se e/ou propõe-se que seja autorizada:

a) - A venda do livro/catálogo ao público em geral, pelo valor de custo de 20,00 € (vinte euros, valor de venda isento de IVA nos termos do nº 13, do artº 9 do CIVA) e cartazes com embalagem, pelo valor de 5 € (cinco euros, IVA incluído) na loja do Museu de Arte Contemporânea Nadir Afonso; -----

b) - Encaminhamento da presente proposta à próxima reunião do executivo camarário para deliberação. -----

À Consideração Superior -----

Chaves, 19 de Setembro de 2017 -----

O Técnico Superior -----

Agostinho Pizarro -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.09.21. -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento. --

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 21.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA, DE 2017-09-22 -----

À reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma.

Notifique-se -----

2.2. ATRIBUIÇÃO DE COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA A ASSOCIAÇÃO/ENTIDADE DE CARÁTER SOCIAL, SEDEADA NO CONCELHO DE CHAVES. PROPOSTA Nº85/GAP/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Da Exposição de Motivos-----

O CENTRO SOCIAL E PAROQUIAL S.TIAGO DE MAIROS, NIPC 507 693 213, com sede na Avenida Carmina Ribeiro, em Mairos, Concelho de Chaves, através do documento em anexo, registado nos Serviços Administrativos com o nº 7420, dá conhecimento que levou a efeito obras de requalificação tendentes ao aumento da capacidade de utentes no Centro Social, tendo, desta forma, onerado as previsões financeiras previstas para o ano em curso, debatendo-se com dificuldades para continuar a sua atividade de cariz social;-----

Considerando que esta instituição zela pela defesa dos direitos dos cidadãos, pela sua inserção social e pelo seu desenvolvimento intelectual;-----

Considerando que a entidade de carácter social, promove, também, atividades de natureza cultural, e recreativa no concelho de Chaves e é, por isso, geradora de dinâmicas de solidariedade e de convívio dentro das comunidades em que se insere, apoiando diversas franjas da população local;-----

Considerando que, pelo carácter filantrópico de que se reveste a entidade em causa, não tem, por si só, capacidade de concretizar as atividades que se propõem desenvolver, de forma eficaz e imediatamente atuante;-----

Considerando que esta entidade desenvolve projetos de entreaajuda, com vista a solucionar carências reais da população e desenvolve atividades de natureza social, recreativa, educativa e cultural;-----

Considerando que as despesas associadas a esta proposta se encontra sedeadas nas rubricas orçamentais devidamente identificadas nos documentos que se anexam;-----

Considerando que o apoio à entidade em referência, se enquadra no Regulamento de Apoio a Iniciativas Regulares ou Pontuais, de Natureza Educativa, Desportiva, Recreativa, Cultural, Social e Outras, aprovado pelo Executivo Municipal em reunião de 26 de março de 2015 e sancionado pelo órgão Deliberativo Municipal em sessão ocorrida no dia 29 de abril de 2015; -----

Considerando, por último, que no uso das competências determinadas pelo disposto na alínea u) do número 1, do artigo 33º, do Anexo 1, da Lei n.º 75/2013 de 12 de Setembro, pode, legalmente, o executivo municipal deliberar apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município.-----

II - Da Proposta em Sentido Estrito-----

Atendendo às razões de facto e de direito acima expostas, submeto à aprovação do executivo camarário a seguinte proposta:-----

a) Que seja apoiada a instituição "Centro Social e Paroquial S. Tiago de Mairos", com o valor de 5.000,00 €;-----

b) Caso a presente Proposta seja aprovada nos termos acima enunciados, dever-se-á:-----

- Promover a publicação em boletim municipal e/ou jornal local, bem como promover a sua publicitação nos termos e para os efeitos previstos na Lei n.º 64/2013, de 27 de agosto;-----

- Dar conhecimento à referida entidade do teor da decisão tomada;---

c) Remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral para ulterior operacionalização;-----

d) A presente proposta tem cobertura orçamental através da rubrica 08.07.01.04. Em conformidade com a LCPA - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, anexa-se à presente informação documentos contabilísticos da Divisão Financeira. -----

Chaves, 25 de setembro de 2017-----

O Presidente da Câmara -----

(Arq. António Cabeleira)-----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

2.3. "DOAÇÃO DE ESPÓLIO AO MUSEU MILITAR." PROPOSTA Nº98-DDSC/05/SM/17. -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

ENQUADRAMENTO-----

Os museus, são antes de tudo, espaços da memória coletiva de um povo. Guardam, conservam, estudam e expõem os documentos que lhe são confinados à sua posse. -----

As coleções dos museus nascem fruto da atividade propiciada pela arqueologia, por um lado, por outro, fruto da paixão que alguns relectores puseram na preservação de objetos de cariz histórico e patrimonial. Bem hajam! -----

Foi este serviço municipal contactado pela Sr.ª Maria José Alves Bandeira, natural de Chaves, no sentido de indagar da disponibilidade de a rede de museus municipais, nomeadamente o Museu Militar, incorporar, por doação, um acervo referente a seu pai, o Sargento-Ajudante Êrmino Batista Bandeira, natural e residente em vida nesta cidade, que havia sido militar de carreira. O acervo a ser doado é constituído pela farda militar do falecido Sargento-Ajudante Êrmino Batista Bandeira. -----

Após este contacto, agendou-se um primeiro encontro na rede de museus para verificação do estado de conservação da farda a ser doada ao Museu Militar. Pôde-se verificar que o referido fardamento se encontra em estado de conservação excelente. -----

FUNDAMENTAÇÃO-----

Considerando o excelente estado de conservação do acervo a doar. ---
Considerando tratar-se de acervo que se enquadra perfeitamente na temática militar exposta no nosso núcleo de história militar. -----
Considerando tratar-se da boa-vontade e último desejo do Sr. Sargento-ajudante Êrmino Batista Bandeira, natural desta urbe. -----

DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO-----

Face ao supramencionado tomo a liberdade de colocar à consideração superior a aprovação da seguinte proposta:-----

- Que a intenção de doação do acervo manifestada pelo Sr. Sargento-Ajudante Êrmino Batista Bandeira, na pessoa da sua filha, seja aceite;-
- Após deliberação afirmativa, que a mesma seja agendada para uma reunião do executivo municipal; -----

• Que após a supramencionada reunião do executivo municipal, a mesma seja consubstanciada em forma de agradecimento pelo Sr. Presidente da Câmara da decisão tomada pelo **doador e herdeiros** de tão nobre e reconhecido ato de engrandecimento e valorização do património regional e nacional. -----

À consideração Superior. -----

Chaves 25 de setembro de 2017-----

Dr. Jorge M P Leite-----

(Técnico Superior) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.09.25 -----

Visto. Concorde. À Consideração do superior.-----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.26 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.26-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. PROPOSTAS DA INICIATIVA DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

4. FREGUESIAS

II

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

1. PEDIDO DE PAGAMENTO EM PRESTAÇÕES - EXECUÇÃO FISCAL - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MONTEIRO ALMEIDA RIBEIRO - INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº 167/DAF/2017-----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Dos Factos-----

1. Na sequência do requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 9421/17, datado do pretérito dia 06/09/2017, Maria de Fátima Monteiro de Almeida Ribeiro, vem requerer que seja autorizado o pagamento em 10 prestações mensais, do valor que se encontra em dívida e referente a consumos de água efetuados e não pagos. -----

2. Para o efeito, invoca que não dispõe de condições económicas que lhe permitam efetuar o pagamento integral da respetiva dívida, apresentando, entre outros elementos, a fotocópia do comprovativo de entrega da Declaração de IRS. -----

3. A dívida, em causa, é objeto de processo de execução fiscal, a correr seus termos nesta Autarquia Local. -----

4. Assim, sobre a matéria, cumpre informar o seguinte, a saber:----

II- Enquadramento Legal-----

1. O regime regra do pagamento em prestações das dívidas tributárias após a instauração da execução fiscal decorre do disposto nos art.º 196.º e ss, do Código de Procedimento e Processo Tributário (doravante, designado pela sigla, CPPT). -----

2. Dispõe o n.º1, do referido art.196.º, do CPPT, que as dívidas exigíveis em processo executivo podem ser pagas em prestações mensais e iguais, através de requerimento dirigido ao órgão de execução fiscal.-----

3. Sendo certo que no requerimento para o pagamento em prestações, o executado indicará a forma como se propõe a efetuar o pagamento e os fundamentos da proposta, conforme o disposto no n.º1, do art.198.º, do CPPT.-----

4. Ainda que o CPPT, admita a possibilidade do pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal, a verdade é que o respetivo pagamento em prestações, deverá obedecer o disposto no n.º4, do art.196.º, do CPPT, ou seja, "O pagamento em prestações pode ser autorizado desde que se verifique que o executado, pela sua situação económica, não pode solver a dívida de uma só vez, não devendo o número das prestações em caso algum exceder 36 e o valor de qualquer delas ser inferior a 1 unidade de conta no momento da autorização."¹.-----

5. Por outras palavras, diga-se, o pagamento em prestações das dívidas em execução fiscal poderá ser autorizado pelo órgão de execução fiscal, desde que sejam cumpridos os seguintes formalismos legais:--- Quando o executado não pode liquidar a dívida de uma só vez;-----

- O número máximo de prestações admissível, é de 36 prestações;-----

- O valor de qualquer uma das prestações, não pode ser inferior a 1 unidade de conta (isto é, cada prestação não pode ser inferior a € 102.00). -----

6. Ora, atentos os elementos constantes no presente processo, verificamos que a requerente tem, de facto, valores em dívida perante este Município, a título de consumos de água efetuados e não pagos, encontrando-se o valor de € 172,71, em fase de cobrança coerciva, - correspondendo € 114,80 à quantia exequenda, € 55.80, a encargos, e € 2.11, de juros (este último valor passível de ser alterado até integral pagamento do montante em dívida). -----

7. Importa salientar que a importância a dividir em prestações não compreende os juros de mora, que continuam a vencer-se em relação à dívida exequenda incluída em cada prestação e até integral pagamento, os quais serão incluídos na guia passada pelo funcionário para pagamento conjuntamente com a prestação, de acordo com o disposto no n.º8, da retrocitada disposição legal. -----

8. Assim, aqui chegados, tendo presente os documentos constantes do processo, fácil se torna concluir que a ora petionária não reúne os requisitos necessários para que lhe seja autorizado o pagamento em prestações ao abrigo da retrocitada norma, desde logo porque tendo em conta o valor total em dívida, não se incluindo aqui, o valor dos juros, não é possível dividir o valor da mesma em prestações mensais superiores a uma unidade de conta no momento da autorização, ou seja, superior a € 102.00.-----

III- Da Proposta-----

¹ O sublinhado é nosso. -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima expostas, deverá ser adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Agendamento do presente assunto para uma próxima reunião do órgão executivo municipal, em vista à tomada de deliberação consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pela peticionária, e consubstanciada no pedido de pagamento em prestações do valor em dívida, com base nas razões anteriormente expostas; -----

b) No cumprimento do disposto no art.121.º e ss. do Código de Procedimento Administrativo, deverá tal sentido de decisão administrativa acima proposta ser sujeita a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à ora peticionária vir ao procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão entretanto exarado; -----

c) Por último, nos termos do art.114.º, do CPA, deverá a interessada ser notificada da decisão que vier a ser proferida, sobre a matéria, ora em apreciação. -----

À consideração superior. -----

É tudo o que tenho a informar sobre este assunto. -----

Chaves, 21 de setembro de 2017. -----

A Técnica Superior Jurista. -----

(Dra. Ana Tomaz. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/09/25 -----

Visto. Concorde como teor integral da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião executivo, em vista à adoção de decisão nos termos desta informação. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.-

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR PREJUÍZOS SOFRIDOS EM VIATURA E PROVOCADOS POR ANIMAIS ERRANTES. REQ. FERNANDO MELO SANTOS. INF. 170/DAF/2017 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes-----

1. Através de requerimento com o registo de entrada nos serviços administrativos da Autarquia n.º 3274, datado do pretérito dia 26/04/2017, Fernando Melo Santos veio pedir que a Câmara Municipal de Chaves assumisse o pagamento das despesas relativas aos prejuízos sofridos na viatura Nissan Qashqai, com a matrícula 72-OQ-05, e provocados por animais errantes. -----

2. Na sequência da deliberação tomada pelo Executivo Municipal, em sua reunião ordinária realizada no pretérito dia 2017/06/09, a qual recaiu sobre a Informação nº 105/DAF/2017, produzida por estes serviços, no dia 30 de maio de 2017, veio aquele órgão municipal manifestar a intenção de indeferir a pretensão formulada, de acordo com as razões de facto e de direito expostas no referido parecer. --

3. Neste contexto, foi concedido ao peticionário o prazo de 10 dias para vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto, nos termos do disposto no art. 121º e ss do Código do Procedimento Administrativo. -----

4. Decorrido o prazo supra mencionado, o requerente, através de requerimento com registo de entrada nos serviços administrativos desta Autarquia Local n.º 5361, datado do pretérito dia 07/07/2017, veio manifestar a sua discordância com o sentido de decisão de indeferimento, manifestado pelo órgão executivo municipal, alegando que, na presente data, dispõe de testemunhas que assistiram aos factos invocados no requerimento inicial. -----

5. Neste contexto, vieram, estes serviços, a proceder à audição das testemunhas, tendo sido recolhidas as respetivas declarações e registadas nos autos de declarações constantes do processo. -----

6. Assim, sobre a matéria cumpre-me informar o seguinte: -----

II - Do Direito -----

1. O regime jurídico da responsabilidade civil extracontratual das Pessoas Coletivas Públicas decorrente da prática de atos ilícitos praticados pelo Estado e demais pessoas coletivas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro, subdivide tal responsabilidade em três grandes tipos, a saber: -----

a) Por danos decorrentes do exercício da função administrativa; -----

b) Por danos decorrentes do exercício da função jurisdicional; -----

c) Por danos decorrentes do exercício da função político - legislativa.-----

2. Relativamente à responsabilidade civil por danos decorrentes do exercício da função administrativa, o nº1, do art. 8º, do retrocitado diploma legal, determina em que termos existe essa responsabilidade exclusiva do Estado e demais pessoas coletivas públicas. -----

3. A aludida disposição legal prevê, no seu clausulado, que para que se verifique tal responsabilidade é necessário que estejam reunidos os seguintes pressupostos, a saber: -----

- A prática, através de órgão ou agente, de um ato ilícito (positivo ou omissivo), no exercício de funções públicas ou por causa delas;--

- Imputação do ato a título de dolo ou mera culpa;-----

- Que desse ato tenham resultado prejuízos;-----

- Da verificação de um nexo de causalidade entre o ato e o prejuízo ou dano.-----

De igual modo dispõe o art. 483º, do Código Civil, que "aquele que, com dolo ou mera culpa, violar ilicitamente o direito de outrem ou qualquer disposição legal destinada a proteger interesses alheios fica obrigado a indemnizar o lesado pelos danos resultantes da violação".- Por sua vez, o artigo 9º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e Demais Entidades Públicas, determina que são consideradas ilícitas as ações ou omissões dos titulares dos órgãos, funcionários e agentes que violem disposições ou princípios constitucionais, legais ou regulamentares ou infrinjam regras de ordem técnica ou deveres objetivos de cuidado e de que resulte a ofensa de direitos ou interesses legalmente protegidos. -----

4. Relativamente à culpa dos titulares de órgãos, funcionários e agentes, o n.º 1, do art. 10º, do retrocitado regime legal, determina que a mesma deve ser apreciada pela diligência e aptidão que seja razoável exigir, em função das circunstâncias de cada caso, de um titular de órgão, funcionário ou agente zeloso e cumpridor. -----

5. Por último, tal facto, como se viu, deverá, ainda, caracterizar-se como ilícito, ou seja, antijurídico ou contrário ao direito.-----

6. Nestes termos, a ilicitude, no âmbito da responsabilidade civil, pode revestir uma de duas modalidades, a saber:-----
Ou se traduz na violação de direitos ou interesses de outrem (lesão direta) ou se manifesta na violação de uma norma destinada a proteger interesses alheios (lesão indireta); -----
7. Ora, no caso individual e concreto em apreciação, o peticionário afirma que os prejuízos foram provocados por cães errantes.-----
8. Contudo, o mesmo não apresenta qualquer prova de que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes.-----
9. Tal como não apresenta provas que sustentem que os animais por ele indicados, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente ou, mesmo, em outro local.-
10. E tal questão assume particular relevância, na medida em que, por força do n.º 1, do artigo 493º, do Código Civil, a responsabilidade pelos danos causados por animais recai sobre os respetivos detentores.
11. É que, na verdade, o facto dos animais se encontrarem sem trela, a vagarear na via pública, não significa, só por si, que não tenham detentor.-----
12. Sendo certo que, e de acordo com diversos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, nomeadamente o AC. STA de 14/12/2004, o lesado não se encontra dispensado de provar os factos de onde resulte o nexo de causalidade entre o facto ilícito e o dano, mesmo nos casos onde se verifique a existência de uma presunção de culpa. -----
13. Assim, não basta apresentar um orçamento e registo fotográfico dos danos sofridos.-----
14. Tal como não basta apresentar uma participação elaborada pela PSP que se limita a descrever o que foi transmitido, no local, pelo peticionário.-----
15. Neste contexto, veio esta Autarquia Local a ouvir as testemunhas indicadas pela peticionária.-----
16. A testemunha Clotilde Fátima Cunha S. Santos Costa declarou o seguinte:-----
"Há mais de um ano que se tem vindo a registar a presença de cães e gatos vadios no bairro onde reside, os quais têm vindo a provocar diversos distúrbios. Durante a noite os animais fazem muito barulho, perturbando o descanso dos moradores, em especial, os três cães que por ali andam todos os dias. Numa das noites, a depoente levantou-se por duas vezes, para tentar afugentar os cães, que ladravam incessantemente. Na primeira vez, abriu e fechou a persiana do quarto, o que fez com que ficassem em silêncio por uns minutos. Voltando o barulho, a depoente, desta vez, abriu a janela, com a intenção de atirar água para os afastar. Foi nesse momento, que viu que os três cães se encontravam junto à parte da frente da viatura do Sr. Fernando Melo Santos, tentando meter-se por debaixo da mesma. De manhã, tendo-se apercebido da presença do Sr. Fernando Melo, alertou o mesmo para o facto dos cães terem andado de noite junto à sua viatura e para confirmar se os mesmos não teriam provocado danos. Foi nesse momento, que o Sr. Fernando Melo se apercebeu dos danos existente na viatura, tendo, logo de seguida, chamado a polícia para o local, a qual tomou conta da ocorrência. Mais declarou que desconhece a procedência dos cães. Sendo certo que existem cães pertencentes aos moradores do bairro, que se encontram presos no fundo do prédio, o que faz com que de noite os cães ladrem uns para os outros, provocando muito ruído. Por último, referiu que a presença dos animais é provocada, muito provavelmente, pelo facto de alguns moradores do bairro darem de comer aos mesmos, o que provoca que os animais ali voltem todos os dias, tendo, inclusive, registado a presença de ratazanas mortas e vivas nas

imediações. A depoente dispõe, e poderá fornecer caso assim o entenda o Município, de diversos registos fotográficos dos animais em causa, incluindo, a presença de gatos em cima das viaturas."-----

17. Por sua vez, a testemunha Ricardo André Fernandes Diegues declarou o seguinte: -----

"Reside no Bairro Fomento, sito em Casas dos Montes. Apesar de nunca ter assistido a um episódio em que os cães vadios, que ali se encontram, tenham provocado estragos em viaturas, é testemunha da presença destes animais em tal local, bem como dos distúrbios que têm provocado, nomeadamente, ruído, durante o dia e durante a noite, o que prejudica o descanso dos moradores. Tem, ainda, assistido a episódios em que os cães vão contra as viaturas estacionadas, metendo-se, de igual forma, por debaixo das mesmas, bem como situações em que ladram de forma ameaçadora para as pessoas, criando medo nestas últimas. Sendo certo que o declarante tem um menor de quatro anos ao seu cargo, temendo pela integridade física do mesmo. Por outro lado, a presença de tais cães, tem provocado maus cheiros e falta de higiene no local, com prejuízos para todos. Sabe que alguns dos cães eram propriedade de moradores do bairro, que após terem emigrado ou saído daquele local, abandonaram os cães. Outros cães surgiram no local, provavelmente, com o cheiro da comida, que algumas pessoas no bairro insistem em dar aos animais." -----

18. Ora, como se retira das declarações das testemunhas, as mesmas não presenciaram o momento em que os animais provocaram os danos peticionados pelo requerente, não obstante, uma das testemunhas, ter visto os mesmos junto à viatura, a tentar passar por baixo da mesma.

19. Tal como nenhuma das testemunhas conseguiu garantir que os animais eram errantes e que não pertencem a alguém. -----

20. Aliás, a testemunha Ricardo André Fernandes Diegues declarou que alguns dos cães pertenciam a moradores da zona. -----

21. Neste contexto, e após audição das testemunhas, supra referidas, continua o requerente sem lograr provar que os danos tenham sido, efetivamente, provocados por canídeos errantes. -----

22. E ainda que assim não fosse, sempre se dirá que o requerente não apresentou provas que sustentem que os animais por ele indicados, sejam, de facto, vadios e que não pertençam a outrem residente no local onde ocorreu o incidente. -----

23. Ora, não fazendo tal prova, com elementos de suporte, não nos parece, salvo melhor opinião, que esta Autarquia Local deva assumir o pagamento de qualquer indemnização para ressarcir os mesmos. -----

24. Assim, do ponto de vista estritamente jurídico, não parecem estar reunidos, salvo melhor opinião, os pressupostos legalmente exigíveis para o apuramento de responsabilidade civil extracontratual da Autarquia. -----

III - Propostas-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o presente assunto seja agendado para uma próxima reunião ordinária da Câmara Municipal de Chaves, em vista à tomada de deliberação consubstanciada no indeferimento, agora definitivo, da pretensão formulada pelo requerente, uma vez que não decorre, no caso individual e concreto, responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assunção do pagamento da referida indemnização; -----

b) Alcançado tal desiderato, deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do CPA, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação; -----

c) Por último, reenvio do processo, agora acompanhado do presente parecer, ao Gabinete do Vereador responsável pela respetiva área de intervenção municipal, Sr. João neves. -----

É este, de momento, o meu melhor parecer sobre este assunto. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 25 de setembro de 2017. -----

O Técnico Superior Jurista. -----

(Dr. Marcos Barroco). -----

Em anexo: O respetivo processo administrativo. -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO, DRA SANDRA LISBOA DE 2017/09/25 -----

Visto. Concordo como teor integral da presente informação, sugerindo-se que a mesma seja agendada para a próxima reunião executivo, em vista à adoção de decisão nos termos desta informação. -----

À consideração superior. -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR VEREADOR RESPONSÁVEL SR. JOÃO CARLOS NEVES 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

III

DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL

ACÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:

1. APOIO ECONÓMICO A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS - MELHORIA DAS CONDIÇÕES HABITACIONAIS INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº226/SHSDPC/N.º84/2017

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais e se anexa sob o nº. 4 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.09.19-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

Visto. Concordo. A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

2. ISENÇÃO DE PAGAMENTO DA COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA DO ALUNO PEDRO MIGUEL PIMENTA REGO - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO DDSC Nº116/SE Nº67/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

A encarregada de educação do aluno Pedro Miguel Pimenta Rego, de 4 anos de idade, que frequenta a educação pré-escolar na Escola Básica de Santa Cruz -Trindade, D^a Alice Rego, contactou o setor de educação no sentido de obter a isenção de pagamento da componente de apoio à família no presente ano letivo, em virtude de no ano letivo 2016/2017 ter beneficiado da referida isenção. -----

Considerando que a referida encarregada de educação, com um filho de 13 meses de idade, informou que tem que ser o seu companheiro a proceder ao transporte do seu filho, antes de ir para o trabalho, (8h00) e só o poder ir buscar depois das 18h30m, quando vem do trabalho. -----

II - Fundamentação -----

Considerando que por deliberação de Câmara, para o ano letivo 2017/2018, foi fixada a comparticipação familiar/mensal, pela utilização dos serviços de apoio à família, prolongamento de horário, nos Jardins de Infância do Concelho, que oferecem esta componente e que correspondem aos seguintes valores: -----

| Período | | Escalão | Mensalidade |
|---------|------------------|---------|-------------|
| Manhã | 1º Prolongamento | A | € 1.25 |
| | | B | € 2.50 |
| | | C | € 5.00 |
| | 2º Prolongamento | A | Isento |
| | | B | 5.00€ |
| | | C | 10,00€ |
| Tarde | 3º Prolongamento | A | € 2.50 |
| | | B | € 5.00 |
| | | C | € 10.00 |
| | 4º Prolongamento | A | € 2.50 |
| | | B | € 5.00 |
| | | C | € 10.00 |

Considerando que o aluno Pedro Miguel Pimenta Rego, tem o escalão A e de acordo com a retro mencionada tabela, o referido aluno ao frequentar o primeiro, segundo, terceiro e quarto prolongamento, da componente de apoio à família, o valor mensal da comparticipação familiar seria de 6,25€ /mensal, o que perfaz o valor total de 56,25€ (6,25€ x 9 meses), no que respeita ao presente ano letivo; -----

Considerando que o agregado familiar da D^a Alice Rego é composto por 6 elementos, a saber: -----

- Companheiro da mãe: Sr. Pedro Miguel da Silva Teixeira; -----
- Mãe: D^a Alice Margarida Rodrigues Pimenta; -----
- Bruna Liliana Pimenta Rego, 16 anos, que frequenta o 10º ano na Escola secundária Dr. Júlio Martins; -----
- Rita Isabel Pimenta Rego, 10 anos de idade, frequenta o 5º ano na Escola Básica Nadir Afonso; -----
- Pedro Miguel Pimenta Rego; 4 anos, Jardim de Infância da Escola Básica de Santa Cruz - Trindade; -----
- Santiago Filipe Pimenta Teixeira, 13 meses de idade. -----

Considerando que a única fonte de rendimento, deste agregado familiar, provem do Sr. Pedro Miguel da Silva Teixeira, que trabalha na Empresa "Flavigranitos"; -----

Considerando que de acordo com a informação DDSC N°58/SE N°34/2017, e a deliberação de Câmara de 26/05/2017, que refere "Sempre que, com base numa cuidada análise socioeconómica do agregado familiar, se conclua pela especial onerosidade do referido encargo, poderá ser dispensado o seu pagamento mediante deliberação de Câmara"; -----

III - Da proposta em sentido estrito -----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir ao executivo municipal que, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/2013 de 12 de Setembro, compete à Câmara deliberar no domínio da ação social escolar, autorize a dispensa de pagamento do valor referente à utilização da componente de apoio à família, do aluno Pedro Miguel Pimenta Rego, referente ao ano letivo 2017/2018. Caso esta proposta mereça concordância favorável, tomo a liberdade sugerir o seu encaminhamento à próxima reunião de Câmara para deliberação. -----

À consideração superior. -----

Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Drª Lídia Pinto) -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.09.22 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3. ATRIBUIÇÃO DE PASSE ESCOLAR AO ALUNO ANDRÉ FILIPE AMORIM CUNHA QUE FREQUENTA A ESCOLA EB 2,3 DE VIDAGO - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO N°118/SE N°65/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A encarregada de educação, Srª Maria Fernanda Amorim Cunha, contribuinte fiscal n.º. 154228354, residente na Avenida Nuno Alvares, Ed. Imperador Flavius, Bloco 1, 2º A, Chaves, veio junto deste serviço, Setor de Educação, solicitar o passe escolar para o seu educando André Filipe Amorim Cunha aluno do 7º ano da Escola EB 2,3 de Vidago. ----

Considerando que, o aluno em causa frequenta a referida escola desde o 5º ano, com diversas problemáticas de adaptação, o que leva ao Agrupamento a solicitar a sua continuidade na mesma escola e com o mesmo grupo de trabalho pedagógico, de forma a evitar que, o aluno, mais uma vez seja retido, uma vez que, apesar de ter 15 anos e de manifestar as problemáticas já referidas anteriormente, a escola tem conseguido incentivar e corrigir o comportamento do aluno em causa, crendo que a continuidade pedagógica será benéfica para o sucesso escolar do mesmo; -----

Considerando que, pelos motivos expostos no requerimento da mãe, o qual se anexa à presente informação, nomeadamente por se encontrar em situação de carência económica e por temer que mais uma mudança na vida do seu filho prejudique o seu percurso escolar; -----

Considerando que, o agrupamento de escolas Fernão de Magalhães entende que é de todo o interesse que haja uma continuidade pedagógica no percurso escolar do aluno André Filipe Amorim Cunha; -----

Considerando que o meio de transporte que a retro mencionada encarregada de educação utiliza é o transporte público, da Empresa Auto Viação do Tâmega; -----

Considerando que o referido aluno é beneficiário do escalão A, e que o encargo com o passe escolar do referido aluno é no valor de 625,24€; Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município assuma o pagamento do passe do aluno, Chaves - Vidago, para o ano letivo 2017/2018.-----

O encargo do valor de 625,24€, será suportado pelo ajuste direto n.º27/SC/2017, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2017/2018, à Empresa Auto Viação do Tâmega. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento, à próxima reunião de Câmara para deliberação, uma vez que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro. À consideração superior. -----

Chaves, 21 de setembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Alves -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017.09.21-----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.-

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

4. ATRIBUIÇÃO DE PASSE ESCOLAR AO ALUNO PEDRO MIGUEL FONTES TOMÉ QUE FREQUENTA A ESCOLA DR. JÚLIO MARTINS -ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO N.º119/SE N.º66/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A encarregada de educação, Sr^a Márcia Elisabete de Almeida Fontes, contribuinte fiscal n.º. 223316270, residente na Rua Santos Vidago, n.º.26 - 3º A, Vidago, veio junto deste serviço, Setor de Educação, solicitar o passe escolar para o seu educando Pedro Miguel Fontes Tomé, aluno do 8º ano da Escola Dr. Júlio Martins. -----

Considerando que, o aluno em causa frequentava no ano letivo transato a escola referida, e beneficiava de passe escolar gratuito pelo motivo de frequentar o ensino articulado; -----

Considerando que, pelos motivos expostos no requerimento da mãe, o qual se anexa à presente informação, nomeadamente por se encontrar em situação de carência económica e por estar neste momento a passar por uma situação de divórcio litigioso, factos que levaram a que o filho, Pedro Miguel Fontes Tomé, tenha desistido do ensino articulado, encontram-se matriculado numa turma de ensino regular; -----

Considerando que, o agrupamento de escolas Dr. Júlio Martins entende que é de todo o interesse que haja uma continuidade pedagógica no percurso escolar do aluno Pedro Miguel Fontes Tomé; -----

Considerando que o meio de transporte que a retro mencionada encarregada de educação utiliza é o transporte público, da Empresa Auto Viação do Tâmega; -----

Considerando que o referido aluno é beneficiário do escalão B, e que o encargo com o passe escolar do referido aluno é no valor de 625,24€; Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município assuma o pagamento do passe do aluno, Vidago - Chaves, para o ano letivo 2017/2018. -----

O encargo do valor de 625,24€, será suportado pelo ajuste direto nº27/SC/2015, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2017/2018, à Empresa Auto Viação do Tâmega. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento, à próxima reunião de Câmara para deliberação, uma vez que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro. À consideração superior. -----

Chaves, 21 de setembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Alves -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017. 09.21 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.---

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

5. COMPARTICIPAÇÃO DE PASSE ESCOLAR - REQUERIMENTO Nº 7166 INFORMAÇÃO/DDSC Nº120/SENº68/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

O encarregado de educação do aluno Hélder Simão Fontes Pereira, a frequentar o 6º ano, no Agrupamento escolar Dr. Júlio Martins e residente em Vilarinho das Paraneiras, vem, através do ofício em anexo, referência n.º 7166, de 12 de setembro de 2017, solicitar apoio para o pagamento do passe escolar do seu educando. -----

Considerando que o estabelecimento de ensino que serve a área de residência do referido aluno é a Escola EB2,3 de Vidago; -----

Considerando que o aluno, por opção do respetivo encarregado de educação, passou a frequentar o presente ano letivo, 2017/2018 a Escola Dr. Júlio Martins; -----

Considerando que o ponto 3.1-C, do Despacho nº5106 - A/2012 refere que quando estabelecimento pretendido pelo encarregado de educação ou pelo aluno não for aquele que serve a respetiva área de residência e neste também for oferecido o percurso formativo pretendido, o encarregado de educação ou o aluno suportam a expensas próprias os encargos ou o acréscimo de encargos que daí possam resultar, designadamente com a deslocação do aluno; -----

Considerando que se este aluno frequentasse a Escola EB2,3 de Vidago, o encargo do Município com o respetivo passe escolar seria no valor de 231,20€; -----

Considerando que o referido encarregado de educação, menciona ter algumas dificuldades económicas para suportar esta despesa em virtude de ter mais dois filhos a estudar; -----

Considerando que o encargo previsto com o passe escolar Vilarinho das Paranheiras - Chaves, é de 379.50€, distribuído da seguinte forma: 1º período - 147,20€, 2º período - 126.50€, 3º período - 105,80€. ---

Considerando que, a diferença de encargo que o Município tem com o aluno frequentar a Escola Secundária Dr. Júlio Martins, é de 148,30€; Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município suporte o encargo do 2º e 3º período - 232,30€, uma vez que é o valor mais aproximado do encargo que o Município teria se o aluno frequentasse a EB 2,3 de Vidago, e o encarregado de educação suporte a despesa do 1º período - 147,20€. -----

Esta despesa tem cabimento no Ajuste direto n.º27/SC/2017 - Aquisição de bilhetes de assinatura (passes escolares), para o ano letivo 2017/2018. -----

À consideração de superior -----

Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Alves -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017. 09.22 -----

Visto. Concorde. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

6. ATRIBUIÇÃO DE PASSE ESCOLAR À ALUNA LEONOR ALVES GUEDES QUE FREQUENTA A ESCOLA EB1 DE VIDAGO - ANO LETIVO 2017/2018 INFORMAÇÃO Nº122/SE Nº69/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

A encarregada de educação, Sr^a Cátia Gomes, residente no Bairro 25 de Abril, nº305, 5425-095 Loivos, veio junto deste serviço, Setor de Educação, solicitar que a sua filha, Leonor Alves Guedes, aluna da escola EB1 de Vidago, utilize a carreira pública Loivos- Vidago, em

vez do circuito especial da sua área de residência, por uma questão de incompatibilidade de horário. -----

Considerando que, a aluna em causa frequenta a escolaridade obrigatória e que pelo motivo de haver incompatibilidade de horários, relativamente ao horário laboral dos pais e o horário do transporte em circuito especial, tendo a criança que ficar sozinha numa paragem de autocarro das 8h00 até as 8h45, horário que passa a viatura de transporte em Loivos; -----

Considerando que, pelos motivos expostos no requerimento da mãe, e pelo facto de existir uma carreira pública que passa na localidade de Loivos à hora pretendida pela mãe; -----

Considerando que o meio de transporte que a retro mencionada encarregada de educação pretende é o transporte público, da Empresa Auto Viação do Tâmega, e que a mesma apenas poderá ser transportada mediante apresentação de passe escolar; -----

Considerando que a referida aluna não é beneficiária de qualquer escalão, e que o encargo com o passe escolar é no valor de 175,1€; -- Assim e face ao exposto tomo a liberdade de propor a V. Ex^a que o Município assuma o pagamento do passe do aluno, Loivos - Vidago, para o ano letivo 2017/2018. -----

O encargo do valor de 175,10€, será suportado pelo ajuste direto nº27/SC/2017, referente à aquisição de bilhetes de assinatura (Passes Escolares), para o ano letivo 2017/2018, à Empresa Auto Viação do Tâmega. -----

Caso esta proposta mereça concordância, salvo melhor opinião, tomo a liberdade de sugerir o seu encaminhamento, à próxima reunião de Câmara para deliberação, uma vez que compete à Câmara Municipal deliberar no domínio da ação social escolar, de acordo com o disposto na alínea hh), do ponto I, do artigo 33.º, da Lei n.º75/22013 de 12 de Setembro. À consideração superior. -----

Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

A Técnica Superior -----

Dra. Zuleika Alves -----

DESPACHO DO CHEFE DE DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL ENG. CARLOS FRANÇA DE 2017. 09.22 -----

Visto. Concordo. À Consideração do Senhor Diretor de Departamento.

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

IV

PEDIDOS DE APOIO / ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS:

1. PROGRAMA DE APOIO À RENDA - ALTERAÇÃO DO VALOR DA COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. PROCESSO:11/2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº221/SHSDPC/Nº82/17

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais, conforme documento em anexo nº.5 -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS DRA. PAULA CABUGUEIRA DE 2017.09.13-----

Visto. A presente informação cumpre todas as normas e regulamentos em vigor. À consideração do Senhor Diretor de Departamento, Dr. Marcelo Delgado -----

DESPACHO DO DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017-09.25 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQTO. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25-----

A Reunião de Câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

V

PLANEAMENTO URBANO E GESTÃO URBANÍSTICA:

1- PLANEAMENTO

1.1. ANÁLISE DO 1º, 2º E 3º RELATÓRIOS SEMESTRAIS DE EXECUÇÃO DO PROJETO DE INVESTIMENTO "QUINTA DE AGROTURISMO CASTELO DE EIRAS" - DE: ISOLINO PERDIGÃO MARÇAL - MORADA: RUA DO MIRADOURO, Nº 33, 5400-623 EIRAS- INFORMAÇÃO/PROPOSTA Nº75/DSC/2017 DO CHEFE DE DIVISÃO DE 22.09.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I - ENQUADRAMENTO DOS OBJETIVOS DA INFORMAÇÃO -----

1. O promotor "Isolino Perdigão Marçal", contribuinte n.º 186 858 353, através de requerimento com entrada nos serviços administrativos desta autarquia sob o n.º 5707/17, datado de 18 de julho corrente, dando cumprimento ao disposto na alínea c) da Cláusula 5.ª do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 01/12/2015 veio apresentar a informação semestral relativa à execução do projeto de investimento denominado "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras" com o qual se candidatou a Projeto de Interesse Municipal, nos termos do Regulamento de Projetos de Interesse Municipal (RPIM).

2. A referida informação semestral foi objeto de apreciação na reunião da Comissão Técnica de Análise, Acompanhamento e Fiscalização de Projetos de Interesse Municipal (CTAAF - PIM) ocorrida no dia 21/08/2017. -----

3. Com esta informação pretende-se: -----

(i) levar ao conhecimento do Executivo municipal o referido relatório, o qual se anexa; -----

(ii) Deliberar sobre a proposta de deliberação que o relatório preconiza. -----

II - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PARECER -----

1. O RPIM define os critérios a adotar pelos competentes órgãos municipais no que concerne à classificação de Projetos de Interesse Municipal - "PIM" - para o concelho de Chaves, nos termos em que foi aprovado pela Assembleia Municipal, por deliberação de 12/06/2013, sob proposta da Câmara de 20/05/2013. -----

2. Este regulamento visa apoiar, através da concessão de benefícios fiscais e benefícios de taxas municipais contratuais, investimentos e/ou novas iniciativas de negócio que permitam o desenvolvimento sustentável da região, a criação de novos empregos e, conseqüentemente, a fixação da população, em sintonia com o atual quadro legal em vigor. -----

3. Ao abrigo de tal quadro regulamentar, veio o citado promotor requerer a classificação de PIM para o projeto de investimento que iria concretizar na União das freguesias de Eiras, S. Julião de Montenegro e Cela, em concreto nos prédios descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob os n.ºs 133/19890522, 134/19890522, 135/19890522, 136/19890522 - freguesia de Eiras, bem como a redução de taxas urbanísticas, nos termos do regulamento em vigor na altura.

4. Sob a Informação/Proposta n.º 22/2015, da Divisão de Sustentabilidade e Competitividade, o Executivo Camarário, em sua reunião ordinária de 17/07/2015, atribuiu a classificação de PIM à candidatura apresentada pelo referido empresário, aprovando a concessão de benefícios tributários municipais, consubstanciados numa redução de 75% do valor das taxas urbanísticas municipais, no montante de 6.908,74€, devidas pela emissão do título administrativo de autorização de edificação, ao qual acrescia o valor de 636,34€, referente à totalidade de fases previstas para a conclusão do projeto, dentro da calendarização apresentada, bem como o valor de 28,88€, correspondente à emissão da autorização de utilização. -----

5. Posteriormente, no dia 01/12/2015, veio a ser outorgado, entre este Município e o referido promotor, o respetivo contrato de concessão de benefícios tributários municipais, tendo a Assembleia Municipal tomado conhecimento da referida concessão ao respetivo beneficiário, em 17/02/2016. -----

6. Decorrente do vínculo contatual estabelecido, o promotor assumiu obrigações (Cláusulas 2.ª 5.ª), conformes com o disposto nos n.ºs 3 e 4 do art.º 13.º do RPIM, sendo que o incumprimento de tais obrigações poderiam configurar a situação prevista na cláusula 7.ª (resolução do contrato) , com os efeitos previstos na cláusula 8.ª (efeitos da resolução do contrato) . -----

7. Presentemente, em sede da "Fase Acompanhamento e Fiscalização da Implementação do Projeto de Investimento" (última fase do processo de candidatura), a CTAAF-PIM tem vindo a promover a verificação do cumprimento das condições consagradas no contrato. -----

8. Na sequência das notificações emitidas a 20/07/2016, 16/12/2016, 10/01/2017 e 05/07/2017, veio o requerente, em 18/07/2017, dar cumprimento ao estabelecido na alínea c) da cláusula 5.ª do Contrato, entregando os 1.º, 2.º e 3.º Relatórios Semestrais de Execução do Projeto de Investimento que se encontravam em falta. -----

9. Segundo o atual relatório da Comissão, elaborado com base na informação fornecida pelo promotor nos Relatórios Semestrais de Execução do Projeto de Investimento, que foram entregues na data acima referida, é constatado que não terá sido efetuado qualquer investimento, nem sido criado qualquer posto de trabalho, apresentando o promotor ainda uma "Declaração de Alterações", incluída no processo administrativo anexado à presente informação, na qual comunica a redução do investimento aprovado de 3.216.705,00€ para 2.689.329€ bem como a redução dos postos de trabalho de 24 para 15, alterando substancialmente as condições inicialmente definidas no Contrato. ---

10. Segundo o estipulado no n.ºs 1 e 2 da Cláusula 6.ª (Renegociação do Contrato) do contrato de concessão de benefícios tributários municipais, e em conformidade com o estabelecido no art.º 13.º-A do

RPIM, a alteração contratual só pode ser efetuada após a entrega de um aditamento devidamente fundamentado, o qual será novamente objeto de apreciação nos termos, e segundo os mesmos critérios, utilizados na apreciação da candidatura. -----

11. Face à ausência de solicitação ou apresentação, por parte do promotor, de qualquer reprogramação ao projeto, encontra-se este em situação de incumprimento, em virtude da expiração do prazo limite para a execução do projeto de investimento, estabelecido em 31/06/2017. -----

12. Segundo o definido na alínea a) da cláusula 7.^a (Resolução do contrato) do Contrato, o incumprimento, pelo promotor, das obrigações assumidas, confere ao município de Chaves o direito de resolver o referido contrato, no caso de "Não cumprimento dos objetivos e obrigações estabelecidos no contrato, nos prazos fixados, por facto que lhe seja imputável". -----

13. Por último, é de referir que, na eventualidade da resolução contratual, não se aplicarão os efeitos previstos na cláusula 8.^a do citado Contrato, em virtude do promotor ainda não ter usufruído dos benefícios correspondentes à redução de 75% das taxas municipais, uma vez que o promotor pagou, na íntegra, todos os pedidos de apreciação das operações urbanísticas, submetidos até ao momento, correspondentes ao projeto em causa. -----

III - PARECER -----

1. De acordo com o relatório semestral de acompanhamento do projeto de investimento, a CTAAF-PIM é do entendimento que, nos termos da alínea a) da cláusula 7.^a (Resolução do Contrato) do contrato, conjugada com a alínea a) do n.º 1, do art.º 14 do RPIM, se verificam os requisitos que podem conduzir à resolução do contrato por parte do Município de Chaves. -----

2. Neste caso, nos termos do n.º 2 do art.º 14º do RPIM, caso a Camara Municipal venha a reconhecer os fundamentos tendentes à resolução do contrato, deverá ser notificado o promotor sobre a intenção de propor a correspondente resolução do referido contrato, concedendo o prazo de 30 dias para o promotor, se assim o entender, dar resposta por escrito (cláusula 8.^a do Contrato). -----

3. Caso se venha confirmar a deliberação de resolução do contrato (após Audiência Prévia), a mesma terá como efeito, nos termos da cláusula 8.º do citado contrato, a perda total dos benefícios fiscais concedidos desde a data da aprovação do mesmo, sendo certo que, neste caso concreto, não haverá lugar a devolução de importâncias correspondentes as receitas fiscais, nem juros, uma vez que o promotor ainda não beneficiou da redução das taxas urbanísticas. -----

4. Com base no vem sendo exposto, a Comissão propõe, em conformidade com o definido no n.º 3 do art.º 13º do RPIM, a submissão do relatório aos órgãos executivo e deliberativo municipais, com vista à aprovação do mesmo. -----

IV - DA PROPOSTA EM SENTIDO ESTRITO -----

1- Tendo por base o teor do 7º relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras", elaborado pela CTAAF - PIM, propõe-se ao Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral que submeta à consideração do Senhor Presidente a seguinte proposta: -----

(i) Que o presente assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária do executivo municipal, com vista à obtenção da competente deliberação, traduzida na intenção de propor a resolução do Contrato de Concessão de Benefícios Tributários Municipais, outorgado em 01/12/2015, entre o Município de Chaves e o promotor "Isolino Perdigão

Marçal", referente ao projeto de investimento denominado "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras" com o qual se candidatou a Projeto de Interesse Municipal; -----

(ii) Caso haja deliberação nos termos preconizados, que seja notificado o promotor, nos termos do n.º 2 do art.º 14º do RPIM, que lhe é concedido o prazo de 30 dias para, se assim o entender, por escrito, se pronunciar sobre as razões de facto e direito que fundamentam esta proposta de deliberação e que possam ser relevantes para inverter o sentido da deliberação em causa, sob pena de se tornar definitiva a deliberação de resolução do referido contrato. -----

(iii) Para cumprimento do estabelecido no n.º 3 do art.º 13º do RPIM, o presente assunto só deverá ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal, na primeira sessão daquele órgão deliberativo, após se ter concluído a fase de audiência dos interessados e após deliberação final do órgão executivo. -----

À consideração do Senhor Diretor de Departamento de Coordenação Geral Em Anexo: Relatório semestral de acompanhamento da execução do projeto de investimento "Quinta de Agroturismo Castelo de Eiras" e respetivo processo administrativo. -----

1. A resolução do contrato nos termos previstos no artigo anterior implica a perda total dos benefícios fiscais concedidos ao segundo outorgante, -----

2. e ainda a obrigação de, no prazo de 30 dias a contar da respetiva notificação, -----

3. do pagamento, nos termos da lei, das importâncias correspondentes às receitas fiscais não arrecadadas, acrescidas de juros compensatórios. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo, sobre a matéria, tecido os seguintes comentários: ---

1 - O investidor abrangido pela decisão de resolução do contrato, em apreciação, ainda pode esgrimir motivos justificadores da reprogramação do investimento que pretende realizar e, bem assim, do número de postos de trabalho que estão associados à concretização de tal projeto. -----

2 - Todavia, não deixa de ser verdade que o valor da diminuição dos postos de trabalho e do próprio investimento a realizar ainda é enquadrável, no âmbito dos projetos "PIM" comparativamente com outros projetos assim classificados, pela Autarquia, de acordo com o regulamento, em vigor, sobre a matéria. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo, sobre a matéria, em apreciação, tecido os seguintes comentários: -----

1 - É importante que este tipo de projetos, tenham o devido acompanhamento. -----

2 - Em tempo oportuno, sugeriu uma alteração ao regulamento municipal, em vigor, sobre a matéria, tendo em vista uma melhor promoção deste tipo de investimentos. -----

3 - No entanto, mesmo à luz do atual regulamento, deve haver, por parte da Autarquia, o devido acompanhamento deste tipo de projetos.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.2. PROCEDIMENTO PÚBLICO CONCURSAL PARA ALIENAÇÃO/LOCAÇÃO DE LOTES NO "PARQUE DE ATIVIDADES DE CHAVES" E "PLATAFORMA LOGÍSTICA INTERNACIONAL DO VALE DO TÂMEGA" RELATÓRIO DE ANÁLISE DA 3ª e 4ª FASE DE APRESENTAÇÃO DE CANDIDATURAS - (3ªFASE: 02-06-2017 a 17-07-2017 / 4ªFASE: 18-07-2017 a 01-09-2017) - RELATÓRIO Nº 5 -----

1- No dia vinte e dois de setembro de dois mil e dezassete, pelas catorze horas, no Gabinete do Presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado, reuniu a Comissão responsável pela liderança e coordenação do presente procedimento concursal, constituída pelo **Presidente**, Dr. Marcelo Delgado, pelo **1º Vogal efetivo**, Arq. Rodrigo Moreira e pelo **2º Vogal efetivo**, Dra. Cristina Rodrigues. -----

2- A reunião em causa teve a seguinte ordem de trabalhos: -----

i. Proceder à verificação da receção dos documentos adicionais, que foram solicitados ao concorrente Estibaliz Cid Moya, representante da firma E&A, Portugal, Unipessoal Lda., em conformidade com o deliberado na reunião da Comissão ocorrida no dia 28 de julho 2017 (Relatório nº 4), reportada à análise da única proposta rececionada no âmbito da 3ª fase de candidaturas, que decorreu de 02 de junho de 2017 a 17 de julho de 2017, bem como, proceder à respetiva análise formal e substantiva da candidatura em causa, em função da informação agora disponibilizada. -----

ii. Realizar as diligências procedimentais inerentes ao ato público de abertura de propostas, recebidas no âmbito da 4ª e ultima fase de candidaturas, que decorreu entre o dia 18 de julho de 2017 e o dia 01 de setembro de 2017. -----

ANÁLISE DA PROPOSTA APRESENTADA NA 3ª FASE DE CANDIDATURA, APÓS RECEÇÃO DOS DOCUMENTOS ADICIONAIS SOLICITADOS. -----

3- Relativamente ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o presidente da Comissão, Dr. Marcelo Delgado, lembrou os documentos adicionais que foram solicitados ao concorrente Estibaliz Cid Moya, representante da firma E&A, Portugal, Unipessoal Lda.², no âmbito da última reunião da Comissão reportada à análise das propostas rececionadas na 3ª fase de candidaturas, a saber: -----

| Número atribuído à cand. | Requerente | Empresa | Lote pretendido | Nº entrada dos doc. adicionais | Data entrada dos doc. adicionais | Documentos adicionais solicitados |
|--------------------------|--------------------|---------------------------------|-----------------|--------------------------------|----------------------------------|---|
| 1 | Estibaliz Cid Moya | E&A, PORTUGAL, UNIPESSOAL, LDA. | A6 | 6343 | 11-08-2017 | Documentos de natureza económico-financeira: Balanço, Demonstração de Resultados e Fluxo de Caixa, previsionais, para todo o período de investimento. |

² Ofício enviado com o registo no expediente geral nº 3135, Nossa Referência 299/DSC/2017, datado de 02/08/2017. -----

4- Identificados os documentos solicitados e verificada a sua receção³, os mesmos foram anexados ao respetivo processo da candidatura, no sentido da Comissão promover a apreciação formal da mesma, no que diz respeito à regularidade dos elementos de instrução, de acordo com o estipulado no artigo 11º (*"Instrução do processo de candidatura"*), do *"Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves"*, em articulação com a *"Proposta nº 29/GAP/2017"*, aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves do dia 03 de março de 2017 e em conformidade com o definido na 2ª Reunião da Comissão, ocorrida no dia 24 de abril de 2017 e presente em Reunião Ordinária da Câmara Municipal do dia 15 de maio de 2017 (reportada aos documentos adicionais de natureza económico-financeira que deverão complementar a instrução das candidaturas). -----

5- Com base na verificação efetuada, constatou-se que a candidatura já contempla todos os documentos instrutórios necessários, incluindo os documentos de natureza económico-financeira solicitados, pelo que, já se encontra em condições de ser admitida e submetida à respetiva análise substantiva. -----

6- Posto isto, a Comissão procedeu então à análise de mérito da candidatura em causa, e respetiva ponderação dos critérios de seleção, em conformidade com o estipulado no artigo 13º (*"Modelo de avaliação das candidaturas"*), do regulamento suprarreferido, tendo verificado o seguinte: -----

6.1. Após atribuição da pontuação a cada um dos fatores classificativos, incluindo o de natureza económico-financeira, cujos documentos foram previamente encaminhados para a Divisão de Gestão Financeira, a fim desta Divisão proceder à respetiva análise do seu conteúdo, a candidatura em causa, obteve a pontuação final de 11,44 valores, apresentando-se em condições de ser admitida, com nível de projeto Razoável. -----

ANÁLISE DAS PROPOSTAS APRESENTADA NA 4ª FASE DE CANDIDATURAS -----

7- O presidente da Comissão, deu início ao segundo ponto da ordem de trabalhos, com a abertura das propostas recebidas no âmbito da 4ª e última fase de candidaturas, e com a identificação dos requerentes, por ordem de entrada das respetivas candidaturas, a saber: -----

| Número Atribuído à cand. | Requerente | Empresa | Lote pretendido | Data entrada | Nº entrada |
|--------------------------|------------------------------------|---|--|--------------|------------|
| 1 | Paula Alexandra dos Santos Antunes | PAULA ALEXANDRA DOS SANTOS ANTUNES (empresário em nome individual) | B12 (Loteamento do Parque de Atividades de Chaves) | 28-08-2017 | 6744 |

8- Identificado a única requerente, a Comissão promoveu a apreciação formal da candidatura, no que diz respeito à verificação da regularidade da instrução da mesma, de acordo com o estipulado no artigo 11º do Regulamento suprarreferido, em articulação com a *"Proposta nº 29/GAP/2017"* e com o definido na 2ª Reunião da Comissão, acima referida. -----

9- Com base na verificação efetuada, constatou-se que a candidatura em causa, apresenta-se instruída com todos os documentos solicitados,

³ Elementos recebidos através do requerimento com registo no expediente geral nº 6343, datado de 10/08/2017.-----

com exceção da "Cópia ou Código de Acesso à consulta das declarações relativas à situação contributiva da empresa, perante a Segurança Social e a Administração Fiscal". -----

10- Perante esta situação, uma vez que a Comissão constatou que a requerente em causa, já tinha submetido uma candidatura para o lote B11 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves,⁴ no decurso da 2ª fase do processo concursal, e que tal candidatura contém as referidas Declarações em falta, ainda válidas, a Comissão decidiu anexar cópia destes documentos à candidatura atual, tendo esta, ficado em condições de ser admitida e submetida à respetiva análise substantiva. -----

11- Posto isto, a Comissão procedeu então à análise de mérito da candidatura em causa, e respetiva ponderação dos critérios de seleção, em conformidade com o estipulado no artigo 13º ("*Modelo de avaliação das candidaturas*"), do regulamento suprarreferido, tendo verificado, pós atribuição de pontuação a cada um dos fatores classificativos, que a mesma obteve a pontuação final de 12,625 valores, apresentando-se em condições de ser admitida, com nível de projeto Médio. -----

12- Assim, face a tudo o que foi exposto, a Comissão deliberou, por unanimidade, o seguinte: -----

12.1. Propor a adjudicação do lote A6 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, à empresa E&A, PORTUGAL, UNIPessoal, LDA. (única proposta rececionada no âmbito da 3ª fase de candidaturas), uma vez que a mesma obteve a pontuação final de 11,44 valores, estando em condições de ser admitida com um nível de projeto Razoável, em conformidade com o estipulado na alínea b), do artigo 13º ("*Modelo e Avaliação das Candidaturas*") do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com a "Proposta nº 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017; -----

12.2. Propor a adjudicação do lote B12 do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, à empresa PAULA ALEXANDRA DOS SANTOS ANTUNES (única proposta rececionada no âmbito da 4ª fase de candidaturas), uma vez que a mesma obteve a pontuação final de 12,625 valores, estando em condições de ser admitida com um nível de projeto Médio, em conformidade com o estipulado na alínea b), do artigo 13º ("*Modelo e Avaliação das Candidaturas*") do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", em articulação com a "Proposta nº 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017; -----

12.3. Submeter o presente Relatório à próxima Reunião de Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação; -----

12.4. Por fim, caso haja deliberação nos termos preconizados, adotar a seguinte estratégia procedimental: -----

12.4.1. Proceder à notificação dos dois requerentes, sobre as decisões tomadas; -----

12.4.2. Encaminhar os processos das candidaturas das empresas, E&A, PORTUGAL, UNIPessoal, LDA. e PAULA ALEXANDRA DOS SANTOS ANTUNES, para o Gabinete de Notariado e Expropriações, a fim deste gabinete encetar os procedimentos necessários à formalização dos respetivos Contratos-Promessa de Compra e Venda, respetivamente do lote A6 e do lote A12, ambos do Loteamento do Parque de Atividades de Chaves, em conformidade com o estipulado no artigo 15º ("*Preço e condições de venda e ou*

⁴ Candidatura que foi preterida em relação a outra candidatura apresentada para o mesmo lote B11, pelos motivos expressos no 3º Relatório da Comissão, realizado no dia 14 de julho de 2017 e aprovado em Reunião da Câmara Municipal do dia 21 de julho de 2017.-----

locação dos lotes") do "Regulamento de Alienação e de Locação de Lotes do Parque de Atividades de Chaves", com as devidas adaptações, em articulação com a "Proposta n.º 29/GAP/2017", aprovada em Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Chaves, do dia 03 de março de 2017. Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o relatório técnico supra. Proceda-se em conformidade com o teor do mesmo. Notifique-se. -----

2- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS DE LOTEAMENTO E DE OBRAS URBANIZAÇÃO

3- OPERAÇÕES URBANÍSTICAS E DE EDIFICAÇÃO

3.1. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO PRESIDENTE DA CÂMARA, NO USO DE PODERES DELEGADOS, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA. -----

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 6. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.2. LISTAGEM DOS DESPACHOS PROFERIDOS PELO VEREADOR RESPONSÁVEL, NO USO DE PODERES SUBDELEGADOS, ARQ. CASTANHEIRA PENAS.

Foi presente, para conhecimento, a informação identificada em epígrafe, cujo teor aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que se anexa à presente ata sob o n.º 7. --

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.3 AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE GARAGEM, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 542/17 - FERNANDA SANTOS RUA - RUA DO PINHAL, N.º 20, FREGUESIA DE SANTO ESTÊVÃO - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 14.09.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO-----

Através do requerimento, com registo de entrada nos serviços da Divisão de Gestão e Ordenamento do Território n.º1387/17, datado de 08/08/2017, que deu origem ao processo de obras n.º542/17 e completado pelo requerimento n.º1568/17, datado de 04/09/2017, a Sra. Fernanda Santos Rua, na qualidade de co-herdeira, na herança aberta por óbito de Manuel Rua, viúvo e na qualidade de cabeça de casal das heranças abertas por óbito de Maria de Lurdes dos Santos e Alfredo Alves Rua, seus pais, apresenta um pedido de **legalização de obras de ampliação** (já executadas) e de uma casa de R/C e 1º andar, com Licença inicial n.º 257 passada em 13 de maio de 1968 e licença n.º35, passado em 21

de janeiro de 1969, **cumulativamente na legalização de obras de construção**⁽⁵⁾ de um edifício destinado a garagem, também já concluídas, em área dentro do perímetro de construção estipulado pelo PDM, mas não inserida em loteamento, nos termos do disposto no artigo 102-A, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de Setembro, doravante designado por RJUE, que levou a efeito no prédio abaixo identificado.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

2.1 De acordo com Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves, apresentado, o prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística, situa-se em S. Mateus, encontra-se inscrito na matriz sob o artigo n.º 892, da freguesia de Santo Estevão possuindo uma área total de 2.193m², área coberta de 210m², composto de casa de rés do chão e 1.º andar e logradouro, confronta de norte com Manuel Melo, de nascente com Manuel António Meireles, de nascente com António Paiva Ribeiro, de sul com Ana Maria Vinagre Cunha e de Poente com Estrada.-

2.2 De acordo com a caderneta predial urbana obtida via Internet em 2017/08/07, apresentada, o prédio urbano situado na Rua do Pinhal, freguesia de Santo Estevão, confronta norte com Manuel Melo, de nascente com Manuel Alves Teixeira, de sul com João Ferreira Pantaleão e de poente com caminho, descrito de prédio de habitação de dois pisos, com uma área total do terreno de 1.440,00 m², área de implantação de 136,90 m², área bruta de construção 355,60 m², inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo n.º 892NIP que teve origem no artigo 619, da mesma freguesia.-----

3. ANTECEDENTES-----

Foram detetados os seguintes processos: -----

3.1 Processo de licenciamento n.º 204/68 em nome de Alfredo Alves Rua, para construção de uma casa de R/chão e 1.º andar, 60m², sito em Santo Estevão - São Mateus, dando origem à licença 257, passada em 13 de maio de 1968.-----

3.2 Processo de licenciamento n.º 21/69 em nome de Alfredo Alves Rua, para ampliação da construção, com licença 257, passada em 13 de maio de 1968, com uma cozinha e uma varanda, com uma área de 18m², sito em Santo Estevão, dando origem à licença 35, passada em 21 de janeiro de 1969.-----

4. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

4.1 No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

A pretensão, consubstanciada a reposição da legalidade urbanística de uma operação urbanística ilegal, isto é, obras de ampliação e de construção sem os respetivos atos administrativos de controlo prévio, enquadra-se no disposto nos artigos n.º 102 e 102.º-A, do RJUE.-----

4.2 Nos Regulamentos Municipais-----

O presente pedido tem enquadramento, no artigo 73.º-C, sob a epígrafe, "Procedimento de legalização de operações urbanísticas", do Regulamento Municipal da Urbanização e da edificação, publicado em Diário da Republica, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do regulamento n.º 732/2015, RMUE.-----

4.3. Nos instrumentos de Gestão Territorial-----

Pese embora na caderneta predial urbano referente ao prédio urbano sobre o qual recai a presente operação urbanística referir que a área total do terreno é de 1.440,00m², contudo regista-se que o referido prédio urbano possui uma área total de 2193,00m², de acordo com o

⁵ **Artigo 2.º - Definições-----**

Para efeitos do presente diploma, entende -se por:-----

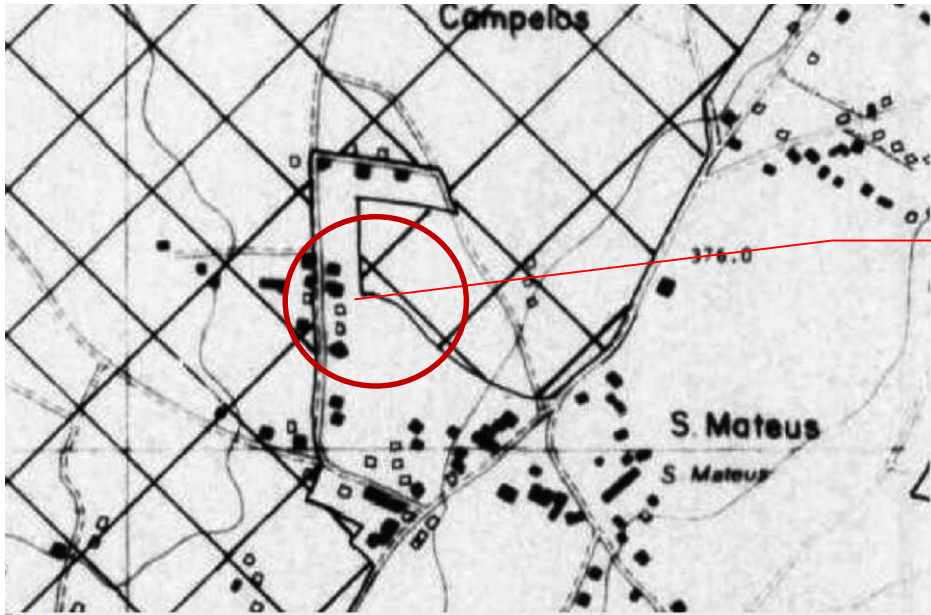
b) «Obras de construção», as obras de criação de novas edificações;--

levantamento topográfico e termo de responsabilidade subscrito pelo autor do levantamento topográfico, bem como, com a Certidão da Conservatória do registo predial de Chaves. Da análise prévia do projeto de arquitetura, verifica-se que é proposto legalizar a operação urbanística, consubstanciada em obras de ampliação, já executadas, num edifício destinado a uma habitação unifamiliar, composto de r/c e 1.º andar, legalmente existente, bem como legalizar as obras de construção de uma garagem, que se desenvolve, num único piso acima da cota de soleira de Rés do chão. -----



Localização provável do prédio urbano, tendo por base os extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, apresentadas pela requerente, sobre extrato da planta de ordenamento (folha nº34 B)

Tendo em conta a demarcação constante nos extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes, ; á escala 1/10.000, e levantamento em formato digital, apresentados pelos interessados e de acordo com as plantas de ordenamento do Plano Diretor Municipal, folha n.º34B, constata-se que o terreno se encontra inserido em duas Classes distintas, Classel - espaços urbanos e urbanizáveis, na categoria 1.3 - outros aglomerados, aglomerado de Santo Estevão e em Classe 4- espaços agrícolas e florestais, categoria 4.2 - espaços agrícolas e na subcategoria 4.2B - espaços agrícolas condicionados, RAN+REN.----- Segundo a planta de condicionantes, folha nº47A do PDM de Chaves, sobre o terreno dos interessados impendem duas servidões e/ou restrição de utilidade pública, a saber, Reserva Agrícola Nacional, RAN e Reserva Ecológica Nacional REN, e devidamente assinalada nas plantas de condicionantes, os quais subordinam-se aos respetivos regimes e seus condicionamentos.-----



Localização do prédio urbano, tendo por base os extratos das plantas de ordenamento e de condicionataes, apresentadas pela requerente, sobre extrato da planta de ordenamento (folha nº34 B)

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

Não houve consultas externas-----

6. ANÁLISE DOS ELEMENTOS INSTRUTÓRIOS-----

6.1 Em resultado da análise aos elementos entregues, após consulta ao processo supra referenciado e em conformidade com o disposto no art.º 9º do RJUE e na Portaria nº 113/15 de 22 de abril (parte I e no n.º 15 e n.º16, da parte III, do anexo I), em conformidade com o artigo 13, artigo 15 e do n.º5 do Artigo 73.º -C⁽⁶⁾, do RMUE, cumpre informar, o requerente não apresentou os seguintes elementos:-----

- Perfil esquemático do arruamento, com descrição dos materiais, para efeitos do disposto no número 15, do artigo 13.º o qual remete para o Anexo IV do RMUE, -----
- Plano de acessibilidades ou pedido dispensa de aplicação do regime legal de acessibilidades, devidamente enquadrado, acompanhado de termo de responsabilidade e comprovativo de; -----
- Projeto de estabilidade ou relatório técnico, acompanhado de acompanhado do termo de responsabilidade subscrito pelo autor do projeto quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis, declaração ou outra prova de reconhecimento da capacidade profissional dos técnicos responsáveis, emitida pela respetiva ordem profissional; -----

6.2 Mais se refere, -----

⁶ Artigo 73.º -C Procedimento de legalização de operações urbanísticas -----

5 – O pedido de emissão do alvará de autorização de utilização, no âmbito do processo de legalização deverá ser instruído com os elementos definidos, sobre a matéria, na Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com as seguintes especificidades:-----

- a) Quando não seja possível a apresentação de algum dos projetos de especialidade exigíveis, no âmbito do procedimento de legalização, estes poderão ser substituídos por um dos seguintes documentos:-----
- ii) Relatórios técnicos acompanhados por termo de responsabilidade onde conste que na operação urbanística de edificação objeto de legalização foram observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor, e bem assim, todas as normas relacionadas com a segurança saúde públicas da edificação;-----

- A memória descritiva não enquadra conveniente a pretensão nos planos territoriais aplicáveis, de acordo com o n.º 5, do ponto I, do anexo I, da Portaria n.º 113/2015, de 22/04;-----
 - Na memória descritiva do projeto de drenagem de águas pluviais é referido que "o escoamento de águas pluviais efetuado por gravidade para o arruamento", mais se esclarece, que as águas pluviais águas resultantes do escoamento de precipitação atmosférica, deverão ser encaminhadas preferencialmente para o logradouro do edifício, de acordo com a alínea b), do n.º 2, do artigo 86.º⁷, do Regulamento Municipal dos Serviços de Abastecimento Público de Água, de Saneamento de Águas Residuais Urbanas e de Gestão de Resíduos Urbanos, publicado em Diário da República, 2.ª série – N.º 128 – 5 de julho de 2013, através do regulamento n.º 241/2013, RMSAPASAR;-----
 - O CD, não se encontra convenientemente georreferenciado, de acordo com o n.º 3, do artigo 13.º do RMUE; -----
- 7. APRECIACÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor) -----**
- Da análise ao projeto verifica-se: -----
- 7.1 Com as devidas ressalvas a área do prédio, polígono fechado, correspondente à porção da parcela, localizada em espaços urbanos e urbanizáveis, medida na peça em suporte digital é de 648,64m², contudo na peça desenhada, em suporte papel, n.º 02, intitulada "Planta de implantação", folha n.º 35 do Processo, consta que a área do prédio na classe 1.3 – espaços urbanos e urbanizáveis – outros aglomerados é de 550,00m². Considerando que os *documentos em papel, sobrepõe-se* a qualquer informação em formato digital, neste contexto e tendo por base que para a categoria de espaços, em que se projeta as operações urbanísticas, o índice de construção é de 0.50 m²/m² aplicado à área da parcela localizada em espaços urbanos e urbanizáveis, ou seja, (área do terreno em espaços urbanos e urbanizáveis x índice de construção) = 550,00 m² x 0.50 m²/m² = 275,00 m² (máxima área bruta de construção permitida) < 370 m² (A área bruta de construção total indicada de 370m², corresponde à área de construção da moradia existente (160m²+160m²) acrescida da área de construção do anexo que se pretende legalizar (109.60m²);-----

⁷ **Artigo 86.º Conceção geral**-----

1 – Todos os novos edifícios deverão dispor de redes internas de águas residuais que obedeçam às disposições legais e regulamentares específicas.-----

2 – Os projetos devem ser concebidos de forma a:-----

a) Os efluentes domésticos serem drenados através da rede pública de águas residuais, dirigidos a câmaras de visita de ramal construídas do lado do edifício que confina com a via pública ou, no caso não seja possível, nos passeios ou faixas de rodagem, projetadas com uma saída independente para a ligação à rede pública de águas residuais, mesmo que ainda não exista ou não esteja disponível;-----

b) As águas pluviais serem dirigidas a câmara de ramal construídas do lado do edifício que confina com a via pública ou no caso não seja possível, nos passeios ou faixas de rodagem, projetadas com uma saída independente para ligação à rede pública de águas pluviais, mesmo que ainda esta ainda não esteja disponível. Provisoriamente deverão as águas pluviais serem encaminhadas preferencialmente para o logradouro do edifício. No caso de não ser possível a solução anterior, as águas pluviais poderão ser encaminhadas para o arruamento e eventualmente para a valeta no caso de existir.-----

7.2 De acordo com o exposto, a pretensão não cumpre a alínea a), do n.º 2, do artigo 19.º do PDM, porquanto a área bruta de construção a legalizar, ultrapassa a admissível para a edificabilidade na porção da parcela localizada em espaços urbanos e urbanizáveis. -----

8. PROPOSTA DE DECISÃO-----

8.1 Face ao descrito nos itens 6 e 7 da presente informação, propõe-se o indeferimento da pretensão, nos termos da alínea a) do n.º 1. do artigo 24.º do RJUE, dado que a mesma viola as disposições na alínea a), do n.º 2 do artigo 19.º do PDM, porquanto a área bruta de construção a legalizar, ultrapassa a admissível para a edificabilidade na porção da parcela localizada em espaços urbanos e urbanizáveis, a alínea b), do n.º 2 do artigo 86.º do RMSAPASAR , bem como, o artigo 13.º e o artigo 73.º -C, do RMUE.-----

8.2 De acordo com o disposto no artigo 121.º⁽⁸⁾ do Código de Procedimento Administrativo, CPA, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7/1, deve ser dada à interessada o prazo de 10 dias para, em audiência prévia vir a processo dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido da decisão. A notificação deve ser realizada nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 122.º⁽⁹⁾ do CPA.-----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2017: -----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente ao indeferimento do pedido de legalização da operação urbanística em causa, por violação das normas legais e regulamentares expressas no item 8.1, deste documento. Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121.º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a

⁸ Artigo 121.º - Direito de Audiência Prévia-----

1-Sem prejuízo do disposto no artigo 124.º, os interessados têm o direito de ser ouvidos no procedimento antes de ser tomada a decisão final, devendo ser informados, nomeadamente, sobre o sentido provável desta.-----

2-No exercício do direito de audiência, os interessados podem pronunciar-se sobre todas as questões com interesse para a decisão, em matéria de facto e de direito, bem como requerer diligências complementares e juntar documentos.-----

3-A realização da audiência suspende a contagem de prazos em todos os procedimentos.-----

⁹ Artigo 122.º - Notificação para a audiência-----

1-Para efeito do disposto no artigo anterior, o órgão responsável pela direcção do procedimento determina, em cada caso, se a audiência se processa por forma escrita ou oral e manda notificar os interessados para, em prazo não inferior a 10 dias, dizerem o que se lhes oferecer.

2-A notificação fornece o projecto de decisão e demais elementos necessários para que os interessados possam conhecer todos os aspectos relevantes para a decisão, em matéria de facto e de direito, indicando também as horas e o local onde o processo pode ser consultado. -----

3-No caso de haver sítio na Internet da entidade em causa onde o processo possa ser consultado, a notificação referida no numero anterior deve incluir a indicação do mesmo para efeitos de o processo poder também ser consultado pelos interessados pela via electrónica.-

processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima anunciada. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.4. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA SOBRE VIABILIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DE LOTEAMENTO - PROCESSO N.º 611/17 - JOAQUIM AUGUSTO CUNHA FERREIRA - LUGAR DE CASAS DOS MONTES, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ARQ.ª ANA ISABEL AUGUSTO DATADA DE 15.09.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

1. INTRODUÇÃO-----

A coberto do requerimento registado nesta unidade orgânica com o n.º 1576/17, em 6 de setembro do ano corrente, vem o interessado citado em epígrafe apresentar um pedido de informação prévia sobre a viabilidade de implementação de uma operação de loteamento num terreno composto por 2 prédios rústicos registados sob as matrizes n.º 983 e n.º 1694, com uma área de 9.312,00m², confrontantes com a rua do Barreiro, no lugar de Casas dos Montes, atualmente pertencente à Freguesia de Santa Maria Maior.-----

2. SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR-----

2.1. Para instruir o pedido, o interessado apresenta os seguintes elementos: -----

- a) Termo de responsabilidade do autor do projeto; -----
- b) Memória descritiva e justificativa da pretensão; -----
- c) Termo de compatibilidade entre formato papel e suporte informático; -----
- d) Certidões da Descrição e de todas as Inscrições em vigor relativas aos prédios rústicos registados sob os artigos matriciais n.º 983 e n.º 1694, com áreas de 6.471,00m² e 4.253,00m², respetivamente; -----
- e) Declaração da Ordem dos Arquitetos; -----
- f) Declaração de adesão ao seguro de responsabilidade civil profissional do autor do projeto; -----
- g) Documentação do Topógrafo; -----
- h) Extratos das plantas de ordenamento e de condicionantes do PDM à escala 1:10000; -----
- i) Plantas de localização do terreno nas escalas 1:2000 e 1:10000;
- j) Levantamento topográfico do terreno; -----
- k) Planta de síntese do loteamento; -----
- l) Planta de cedências do loteamento; -----
- m) Perfis; -----
- n) Planta de acessibilidades; -----
- o) CD com todas as peças instrutórias em suporte informático; ----
- p) Localização do terreno sobre ortofotomapa à escala 1:2000; ----

2.2. O interessado citado em epígrafe apresenta todos os elementos instrutórios em conformidade com o previsto no ANEXO I (a que se refere

o n.º 1 do artigo 2.º - «Elementos comuns aos procedimentos de controlo prévio») da Portaria n.º 113//2015, de 22 de abril), -----

3. ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO-----

3.1. No Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O requerente pretende informação sobre a viabilidade de implementação de uma operação urbanística de loteamento, nos termos previstos nas alíneas i) e h), ambas do artigo 2.º, do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), alterado e republicado pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro e ulteriores alterações; -----

3.2. Nos instrumentos de Gestão Territorial -----

a) Nos termos da disciplina urbanística patenteada no Plano Diretor Municipal de Chaves, o terreno em causa insere-se em Solos da Classe 1 - Espaços urbanos e urbanizáveis, da Categoria 1.1 - Cidade de Chaves; -----

b) Sobre o terreno em causa não impendem quaisquer servidões administrativas ou restrições de utilidade pública. -----

4. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA PRETENSÃO-----

4.1. De acordo com os elementos instrutórios apresentados pelo interessado, a operação urbanística em causa consiste na criação de uma operação de loteamento num terreno composto por 2 artigos rústicos com uma área (confirmada através de levantamento topográfico) de 9.312,00m², destinado à implantação de 19 moradias unifamiliares organizadas em banda ou geminadas, servidas por um arruamento em forma de «U» com 4 metros de largura, sentido único de circulação, faixas de estacionamento com capacidade para 17 lugares e arborização.-----

4.2. Na memória descritiva e justificativa que instrui o presente pedido, é efetuado o enquadramento da operação urbanística nos instrumentos de gestão territorial tendo por referência as Medidas Preventivas estabelecidas por motivo de revisão do PDM de Chaves, as quais vigoraram até ao dia 27 de julho do ano corrente, o que compromete, desde logo, a viabilização da operação urbanística por incumprimento do índice máximo de construção atualmente admissível, que é de 0,5 m²/m², de acordo com o preceituado na parte final da alínea a) do n.º 2 do artigo 19.º do Regulamento do PDM.-----

4.3. Por outro lado, a operação de loteamento pretendida é servida, a poente, por um troço de caminho público não pavimentado (rua do Barreiro) com uma largura variável entre os 3 e os 5 metros e que apenas dispõe de fornecimento de energia elétrica, não havendo, da parte do autor do projeto, qualquer referência sobre a solução a adotar para a ligação entre as redes de infraestruturas próprias da operação de loteamento e as redes públicas existentes (abastecimento de água e drenagem de águas residuais domésticas e pluviais), que só existem a mais de 110 metros de distância.-----

4.4. Esta questão é agravada pelo facto de a pendente do terreno objeto da operação de loteamento ter uma inclinação descendente no sentido poente/nascente, o que poderá implicar a construção de estações elevatórias para a condução dos efluentes (do loteamento) provenientes de áreas localizadas abaixo do nível dos sistemas de esgoto e de águas pluviais públicos e que teriam de ser prolongados até ao local. -----

4.5. Em termos de acessibilidade viária, é proposto o alargamento do troço da rua do Barreiro, na parte confrontante com a operação de loteamento, mediante a cedência de terreno. No entanto, não se percebe a razão pela qual o arruamento foi projetado com um perfil transversal variável, quer ao nível dos passeios, quer da faixa de rodagem, em vez de ter um perfil com largura constante, com as necessárias adaptações

aos troços da rua do Barreiro já pavimentados, facto que não poderá merecer o acolhimento por parte destes serviços. -----

4.6. No que respeita ao acesso às garagens situadas em cave, chama-se a atenção para o disposto no n.º 5 do artigo 42.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE) em vigor no município (Regulamento n.º 732/2015, publicado em Diário da República, 2.ª Série, N.º 207, de 22-10-2015). No caso concreto em apreciação, existem caves que necessitam de rampas de acesso com inclinação superior a 25%, o que não parece ser muito conveniente. -----

4.7. No que concerne aos espaços verdes e de utilização coletiva propostos considera-se que a sua localização, configuração e dimensão não são as mais adequadas para integração no domínio público municipal, devendo ser objeto de ponderação. -----

4.8. Em termos de áreas de cedência ao domínio público municipal, uma vez haver necessidade de serem recalculadas em função do índice máximo de construção admissível e da recomendação mencionada no item anterior, refere-se apenas que só haverá lugar a eventuais compensações ao município por défice de áreas não cedidas e a calcular nos termos do artigo 21.º do Regulamento do PDM. -----

5. CONSIDERAÇÕES FUNDAMENTADORAS DA PROPOSTA DE DECISÃO-----

5.1. Considerando que o pedido em causa está em desconformidade com o PDM em vigor no município de Chaves, em concreto, no que respeita ao índice máximo de construção admissível. -----

5.2. Considerando que o terreno objeto da operação de loteamento não é servido por redes de infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento e de drenagem de águas pluviais, apenas contando com o fornecimento de energia elétrica e uma confrontação com a rua do Barreiro, num troço exíguo e não pavimentado. -----

5.3. Considerando que, para efeitos de viabilização da operação urbanística em causa será necessária a intervenção no caminho público mencionado (em toda a extensão do troço não pavimentado da rua do Barreiro), de modo a dotá-lo de todas as redes de infraestruturas necessárias à implementação do loteamento pretendido - sendo certo que as redes gerais existentes se localizam a distâncias superiores a 110 metros (no caso do coletor de esgotos e da rede de distribuição de água) e a 270 metros (no caso do coletor de águas pluviais), relativamente ao terreno objeto do loteamento - assim como a pavimentação da faixa de rodagem e passeios, cujo projeto deverá ser elaborado pelo interessado. -----

5.4. Considerando, face ao descrito anteriormente e de acordo com o preconizado no n.º 4, do artigo 16.º, em articulação com a alínea a), do n.º 1 e na alínea b), do n.º 2, ambos do artigo 24.º, do RJUE, alterado e republicado pelo DL n.º 136/2014 de 9 de setembro e ulteriores alterações, estes serviços entendem que a pretensão em causa viola plano municipal de ordenamento do território e implica, para o município, a realização de trabalhos ou a prestação de serviços por este não previstos, designadamente, quanto a arruamentos e redes de abastecimento de água, de saneamento e drenagem de águas pluviais.

5.5. Considerando que, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 25.º do RJUE e, no caso de haver projeto de decisão de indeferimento com os fundamentos referidos na alínea b) do n.º 2 do artigo 14.º, poderá haver deferimento do pedido desde que o requerente, na audiência prévia, se comprometa a realizar os trabalhos necessários ou a assumir os encargos inerentes à sua execução, bem como os encargos de funcionamento das infraestruturas por um período mínimo de 10 anos, aplicando-se por conseguinte, o preceituado no n.º 3 e seguintes do artigo 25.º do RJUE.-----

6. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Atendendo às razões de facto e de direito expostas na presente informação e de acordo com as disposições combinadas no n.º 4 do artigo 16.º, na alínea a) do n.º 1 e na alínea b) do n.º 2, do artigo 24.º do RJUE, alterado e republicado pelo DL 136/2014 de 9 de setembro e ulteriores alterações, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

a) Que se submeta a presente proposta a Reunião de Câmara, tendo em vista a obtenção de **parecer desfavorável** uma vez o pedido formulado violar plano municipal de ordenamento do território (PDM) e não ser servido pelas redes de infraestruturas supracitadas;-----
Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento por parte do Executivo Municipal e de acordo com o previsto nos artigos 121.º e 122.º, ambos do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo DL n.º 4/2015, de 7 de janeiro, o interessado deverá ser notificado sobre o projeto de decisão e, querendo, poderá vir ao processo, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido de decisão, num prazo não superior a dez dias.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 18.09.2017:-----

Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido da a Câmara Municipal vir a adoptar um projecto de decisão administrativa conducente à emissão de um parecer desfavorável, relativamente ao pedido de informação prévia da operação de loteamento em causa, dado o mesmo consubstanciar a violação das normas legais e regulamentares expressas no item "5 - Considerações Fundamentadoras da Proposta de Decisão", deste documento.-----
Neste contexto, dever-se-á notificar o requerente, nos termos e para os efeitos do preceituado no Art.º 121º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo, para, querendo, vir a processo, num prazo de 10 dias, dizer o que se lhe oferecer sobre o sentido provável da decisão acima enunciada.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.5. ALTERAÇÕES A HABITAÇÃO BIFAMILIAR, PEDIDO DE LEGALIZAÇÃO - PROCESSO N.º 300/14 - NATÁLIA ROSA PARENTE - RUA DO NÓ, FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO MARTINS DATADA DE 20.09.2017

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

I - Antecedentes-----

Sobre este pedido possui uma licença de construção n.º 94/93 em nome de Maria Helena Rosa Parente e referente à construção de uma habitação composta de r/c e andar com área de 204,80 m2, sita na Rua do Nó, Bairro dos Aregos, na Freguesia de Santa Maria Maior, em Chaves.-----

Possui ainda projecto de alterações n.º 31/15 referente a 2 fogos.---

II - Pretensão-----

A pretensão incide sobre um pedido de licenciamento de uma operação urbanística e autorização da operação urbanística de edificação relativo à obra de aditamento à licença de obras n.º 94/93.-----

III- Enquadramento Urbanístico-----

3.1 Instrumentos de Gestão Territorial Aplicável-----

De acordo com a localização constante do processo - Proc.º n.º 300/14 - o edifício situa-se de acordo com o Plano Director Municipal (PDM) em vigor, na Classe 1- Espaços Urbanos e Urbanizáveis e na categoria 1.1- Cidade de Chaves.-----

3.2- Normas Legais em Vigor - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação-----

O processo n.º 300/14 enquadra-se, à data de entrada do processo na alínea c) do n.º 2 do artigo 4 do Dec-Lei 26/2010, de 30 de Março (RJUE).-----

Posteriormente o pedido encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE. Trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se ainda, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

IV - Descrição da Intervenção-----

A requerente através do requerimento n.º 869 de 20 de Maio de 2014, apresenta projecto de arquitectura e especialidades referentes à alteração da licença de obras n.º 94/93.-----

O alvará de licença n.º 94/93 referia habitação unifamiliar, composta de r/c e andar com área de 204,80 m2 em nome de Maria Helena Rosa Parente.-----

O projecto agora apresentado pela Sr. Natália Rosa Parente, cabeça de casal, conforme documentos em anexo, refere-se o projecto de alterações a nível de interiores e passar de moradia unifamiliar a bifamiliar, ou seja, 2 fogos destinados à habitação. -----

O registo da conservatória de registo predial com o n.º 02079/130193, refere habitação de r/c e andar com 144,00 m2 e logradouro de 271,00 m2.-----

O levantamento topográfico apenso ao processo refere que possui uma área total de 399,00 m2.-----

Face à memória descritiva e justificativa apresentada e que consta em anexo, é referido:-----

►Que a edificação da construção existente e construída ao abrigo do alvará de licença de obras n.º 94/93 passou a ter 2 fogos;-----

►A intervenção baseia-se nas alterações a nível de interiores, com novas compartimentações;-----

►A intervenção também ocorreu a nível da cobertura;-----

►Que a edificação da construção existente está dentro do perímetro de construção de Chaves;-----

V - Análise Processual-----

O pedido formulado através do requerimento n.º 869/14 de 20 de maio, encontra-se abrangido à data de entrada do processo na alínea c) do n.º 2 do artigo 4 do Dec-Lei 26/2010, de 30 de Março (RJUE).-----

Sob este requerimento recaiu a informação técnica da Sr. Eng. Conceição Rei de 28/08/2014, e consequente despacho de 11/09/2014, na qual propõe a aprovação de todos os projectos e de licenciamento da obra, que culminou com a emissão do alvará n.º 31/15.-----

Posteriormente o Serviço de Fiscalização- Ficha de acompanhamento n.º 18/2015- deslocou-se ao local e verificaram existir um anexo no

logradouro com cerca de 25,00 m2 sem estar contemplado no projecto de alterações anteriormente apresentado e licenciado.-----
Assim, através do requerimento n.º 640/15 de 27 de Abril, a Sr. Natália Rosa Parente apresenta projecto de arquitectura e especialidades com vista a regularizar o anexo existente no logradouro, solicitando a sua provação e licenciamento.-----

Assim, através do requerimento n.º 779/15 de 22 de Maio, a Sr. Natália Rosa Parente apresenta elementos ao projecto anteriormente apresentado. Sob este requerimento recaiu a informação técnica da Sr. Eng^a. Conceição Rei de 10/07/2015, e consequente despacho de 25/08/2015, no âmbito do saneamento e apreciação liminar.-----

Através do requerimento n.º 1451/15 de 18 de Setembro vem a requerente dar cumprimento ao solicitado na informação técnica atrás referida. Sob este requerimento recaiu a informação técnica da Sr. Eng^a. Conceição Rei de 05/11/2015, a qual é apreciada à luz da nova legislação, Dec-Lei 136/14 de 22 de Abril e consequente despacho de 23/11/2015, no âmbito de remeter o processo para a comissão de vistorias.-----

No âmbito da Comissão de vistorias foi efectuada a vistoria e elaborado o auto- auto de vistoria n.º 19/15, no qual é mencionado que o projecto apresentado não retracta a materialização do imóvel no local, tendo sido comunicado ao requerente o teor do mesmo afim de dar cumprimento. Através do requerimento n.º 1027/16 de 6 de Junho vem a requerente fazer exposição/comunicação que já construiu a vedação solicitada e para dar andamento ao processo.-----

Assim, houve nova informação técnica de 26/09/2016 da Sr. Eng^a. Conceição Rei na qual propõe a legalização do anexo, tendo estado presente em reunião de camara de 30 de Setembro de 2016 e na qual deliberam concordar com o teor da referida informação técnica.-----

Através do requerimento n.º 2039/16 de 7 de Novembro vem a requerente solicitar a emissão de licença de utilização do anexo e que recaiu a informação técnica de 13/12/2016 da Sr. Eng^a. Conceição Rei. -----

Através do requerimento n.º 2262/16 de 13 de Dezembro vem a requerente dar cumprimento ao solicitado na informação técnica de 13/12/2016 da Sr. Eng^a. Conceição Rei, que culminou com a emissão do alvará de licença especial de legalização do anexo n.º 115/16 e emitido parecer em 27/12/2016, propondo o envio do processo para a Comissão de vistorias.-----

No âmbito da Comissão de vistorias foi efectuada a vistoria e não foi elaborado auto, tendo sido solicitado ao requerente verbalmente.-----

Através do requerimento n.º 04/17 de 02 de Janeiro vem a requerente dar cumprimento solicitado verbalmente pela comissão de vistorias. Assim a referida comissão emite novo auto de vistorias - auto n.º 90- a 5 de Janeiro, tendo sido indeferido a emissão do alvará de licença de utilização do anexo e sob o qual recaiu a informação técnica de 10/01/2017 da Sr. Eng^a. Conceição Rei.-----

A 16/01/2017 vem novamente a requerente através do requerimento n.º 82/17, apresentar novos elementos solicitados pela informação técnica de 10/01/2017, tendo sido novamente reencaminhado o processo para a comissão de vistorias a 19/01/2017.-----

No âmbito da Comissão de vistorias foi efectuada nova vistoria e elaborado o auto- auto de vistoria n.º 92 - no qual emitem parecer favorável à emissão do alvará de licença de utilização da legalização do anexo.-----

Posteriormente, foi efectuada a vistoria a 9 de Fevereiro de 2017 e elaborado o auto de vistorias n.º 47, relativamente ao alvará de

licença de utilização da moradia bifamiliar, tendo sido indeferido, por não respeitar o projecto licenciado sob o 94/93 e n.º 31/15.-----
Em 13 de Fevereiro de 2017, através de requerimento n.º 255, vem apresentar projecto de alterações por forma a dar cabal cumprimento ao teor do auto de vistoria n.º 47, tendo recaído a informação técnica da Sr. Eng^a. Conceição Rei a 14 de Fevereiro.-----

A 20/02/2017 vem novamente a requerente através do requerimento n.º 286/17, apresentar novos elementos solicitados pela informação técnica de 14/02/2017, tendo sido novamente reencaminhado o processo para a comissão de vistorias a 06/03/2017.-----

No âmbito da Comissão de vistorias foi efectuada nova vistoria e elaborado o auto- auto de vistoria n.º 109, no qual emitem parecer desfavorável à emissão do alvará de licença de utilização da legalização das obras de alteração ao alvará de licença n.º 31/15.---

A 10/05/2017 vem novamente a requerente através do requerimento n.º 780/17, apresentar novos elementos solicitados no auto de vistoria n.º 109, tendo sido novamente reencaminhado o processo para a comissão de vistorias a 23/06/2017.-----

A Comissão de vistorias efectua nova vistoria a 10/08/2017 e elabora novo auto- auto de vistoria n.º 143, no qual emitem parecer favorável à emissão do alvará de licença de utilização da legalização das obras de alteração ao alvará de licença 94/93 e n.º 31/15.-----

A 10/05/2017 vem a requerente através do requerimento n.º 1420/17 de 14 de Agosto, apresentar os elementos por forma a proceder ao levantamento do alvará de utilização da legalização das obras de alteração referentes aos alvarás de licença 94/93 e n.º 31/15. -----

Assim, e dado que analisando todo o processo podemos resumir o seguinte:-----

1- A requerente apresenta projecto de alterações ao alvará de licença de obras n.º 94/93, dado que construiu 2 fogos e não apenas 1, pelo que foi aprovado esta alteração e consequente emissão de alvará de construção-alvará n.º 31/15;-----

2- A fiscalização constata que existe um anexo no logradouro da habitação e que o mesmo não possuía alvará de licença;-----

3- A requerente vem apresentar projecto para legalização do anexo, que culminou com a emissão do alvará de licença especial de legalização do anexo n.º 115/16, tendo sido executadas várias vistorias com vista à sua legalização;-----

4- Posteriormente, a requerente vem solicitar autorização de utilização dos 2 fogos, tendo sido inicialmente indeferida por não respeitar os projectos licenciados;-----

5- Conclui-se que após apresentações de alterações aos projectos - alvarás de licença 94/93 e n.º 31/15- e vistorias realizadas, as mesmas se encontram em condições de serem aprovadas.-----

O pedido formulado encontra-se abrangido pelo disposto no artigo 102-A do RJUE, bem como se enquadra no preceituado no n.º 1 do artigo 73-C do RRMUE.-----

Trata-se pois de uma edificação existente, sem execução de qualquer tipo de obras, enquadrando-se assim, no n.º 4 do artigo 102-A do RJUE, bem como no n.º 3 do art.º 73-C do RRMUE.-----

Mais informa que não se prevê quaisquer obras, a legalização é titulada por autorização de utilização, devendo o processo estar instruído de acordo com os elementos definidos na Portaria 113/2015 de 22 de Abril. No processo em causa encontra-se o projecto de arquitectura e especialidades de acordo com a legislação aplicável ao pedido em apreço, sendo possível a legalização, dado que cumprem os parâmetros

urbanísticos previstos nos instrumentos de gestão territorial e normas legais aplicáveis.-----

VI - Da Proposta em Sentido estrito-----

Em coerência com o enunciado, julgo salvo melhor opinião, de deixar à consideração superior a emissão da competente decisão administrativa de deferimento das obras realizadas sem controlo prévio e o deferimento da emissão da autorização de utilização de legalização da operação urbanística correspondente a **Legalização de 2 fogos e anexo.**-----

Considerando que a fundamentação da decisão a praticar está enquadrada ao abrigo do regime de legalização de operações urbanísticas, regulado no art.º 102-A do RJUE, deverá a mesma ser praticada, nos termos legais, pela Câmara Municipal, sugerindo-se assim, o agendamento deste assunto para uma próxima reunião ordinária do aludido órgão administrativo;-----

Caso a Câmara Municipal delibere deferir o presente pedido de legalização das obras de Legalização dos 2 fogos, o interessado deverá, nos termos do preceituado no n.º 14, do artigo 73.º-C, do Regulamento Municipal de Urbanização e da Edificação, requerer, num prazo de 30 dias úteis, a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização, instruído de acordo com o n.º 5, do artigo 73.º-C, do mesmo preceito regulamentar. Refira-se ainda que no do título/autorização de utilização com menção expressa que a Legalização dos 2 fogos foi sujeita ao procedimento de legalização, ficará ainda condicionada ao pagamento das correspondentes taxas municipais.-----

VII - Das Taxas Devidas para a realização e reforço e manutenção de infra-estruturas urbanísticas-----

Os custos centrados nos procedimentos de aprovação e execução das operações urbanísticas estão, manifestamente, associados ao dever de liquidação e cobrança das respectivas taxas urbanísticas e ou compensações, para além dos inerentes custos administrativos relacionados com a sua tramitação procedimental.-----

Ora, dado tratar-se de uma legalização de obras interiores, e não havendo aumento de área de construção, estando isentas do cálculo das respectivas taxas de infra-estruturas urbanísticas.-----

VIII - Das Taxas Devidas pela Emissão de Autorização de utilização---

De acordo com o preceituado no artigo nº117 do RJUE e o plasmado no artigo 69 do RRMUE estão sujeitos ao pagamento de taxas fixadas no Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas devidas pela realização de Operações Urbanísticas (RLCTOU nº 314/2010) e a aplicar no concelho de Chaves, foi efectivada de acordo com os seguintes mapas de medição:

| | Descrição | Un. | Taxa | Valor |
|--------------------|--|-----|---------|---------|
| Capítulo II | EDIFICAÇÃO E URBANIZAÇÃO | | | |
| | | | | |
| SECÇÃO IV | EDIFICAÇÕES | | | |
| Subsecção III | APRECIAÇÃO DE OUTROS PEDIDOS | | | |
| Artigo 54º | Apreciação de Autorização de Utilização | | | |
| nº1 | Autorização de Utilização de edifícios ou suas fracções (taxa geral) | 1 | 55,10 € | 55,10 € |
| n.º2 | Acresce para habitação, por fogo | 2 | 6,55 € | 13,10 € |
| n.º3 | Acresce por unidade de arrumos | 1 | 3,25 € | 3,25 € |

| | | | | |
|--------------------|---|---|---------|-----------------|
| | | | | |
| | TOTAL-1 | | | 71,45 € |
| SECÇÃO V | VISTORIAS | | | |
| ART.º 75 | Vistorias para efeitos de emissão de autorização, ou alteração de utilização | | | |
| n.º 1 | Taxa geral para a realização de vistorias para efeitos de autorização de utilização | 6 | 52,95 € | 317,70 € |
| n.º 2 | Acresce ao valor referido em 1 por cada unidade de ocupação: | | | |
| b) | Habitação multifamiliar, por cada unidade de ocupação ou fracção | 2 | 11,60 € | 23,20 € |
| j) | Anexos e garagens ou lugares de estacionamento | 1 | 52,95 € | 52,95 € |
| | | | | |
| | TOTAL-2 | | | 393,85 € |
| Subsecção V | CONCESSÃO DE ALVARÁ DE UTILIZAÇÃO | | | |
| Artigo 72.º | Autorização de Utilização | | | |
| n.º 1 | Concessão de autorização de utilização (taxa geral) | 1 | 27,75 € | 27,55 € |
| n.º 2 | Para habitação, por fogo, acresce ao valor referido no número 1 | 2 | 10,60 € | 21,20 € |
| n.º 6 | Anexos e garagens ou lugares de estacionamento, sendo construções autónomas contíguas, ou inseridas, ou não, em processos referentes a edifícios identificados supra, acrescem, por unidade de ocupação, aos valores fixados nos números anteriores | 1 | 2,60 € | 2,60 € |
| | | | | |
| | TOTAL-3 | | | 51,35 € |

| | | | |
|---------------------|--|--|-----------------|
| TOTAL-1 | | | 71,45 € |
| TOTAL-2 | | | 393,85 € |
| TOTAL-3 | | | 51,35 € |
| VALOR GLOBAL | | | 445,20 € |

À Consideração Superior. -----
DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 20.09.2017: -----
Visto. Atentos os fundamentos de facto e de direito enunciados na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação englobando o deferimento do pedido de legalização das obras realizadas sem controlo prévio que se encontram patenteadas na operação urbanística em presença e o concomitante reconhecimento de que se encontram preenchidos os requisitos legais que permitem a emissão do respectivo alvará de autorização de utilização dos imóveis em causa (moradia bifamiliar e anexo).-----
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.6. OBRAS DE ELETRICIDADE TITULADAS PELO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 4/2006, PEDIDO DE RECEÇÃO DEFINITIVA - PROCESSO N.º 10/06 - HOTEL CASINO DE CHAVES - ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª CONCEIÇÃO REI DATADA DE 30.08.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1-INTRODUÇÃO-----

Através da Carta 256/17/D-DRCN, de 10-08-2017, registada no Departamento de Coordenação Geral com o n.º 1453/17, em 18-08-2017, a EDP-Distribuição emitiu parecer favorável, para recepção definitiva das obras de Electricidade tituladas pelo alvará de loteamento n.º 4/2006.-----

2-ANTECEDENTES-----

2.1-Em reunião de câmara de 03-06-2013, sob proposta da informação técnica de 21-06-2013, o Executivo deliberou por unanimidade receber definitivamente as obras de urbanização, inerentes aos Arruamentos, rede de Abastecimento de Água, redes de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais, Arranjos Exteriores na percentagem de 40 % e Telecomunicações, orçadas inicialmente no montante de 1 086 625,88 €.-

2.2-Em reunião do executivo de 17-04-2014, mediante a informação técnica de 07-04-2014, o Executivo deliberou por unanimidade receber definitivamente as obras de Valorização Paisagística tituladas pelo alvará de loteamento n.º 4/2006.-----

2.3-Para garantia da execução das obras de urbanização tituladas pelo alvará de obras n.º 4/2006, foi apresentada a garantia bancária N.º 9140031596793, emitida pela Caixa Geral de Depósitos em 04 de agosto de 2006, actualmente válida para o valor de **€ 21 312,10 (vinte e um mil trezentos e doze euros e dez cêntimos)**, correspondente a 10% da estimativa orçamental das obras de Electricidade.-----

3-PROPOSTAS DE DECISÃO-----

Tendo em consideração o teor da carta emitida pela EDP-Distribuição, propõe-se ao Executivo que adote as seguintes resoluções:-----

3.1-Que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 87.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 139/2014, de 9/9 (RJUE), delibere deferir o pedido de recepção definitiva das obras de Electricidade tituladas pelo alvará de loteamento n.º 4/2006, orçadas no montante de **213 121,0 €**, as quais já foram recebidas provisoriamente pelo Executivo em 08 de agosto de 2011. -----

3.2-Que, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 54.º do diploma legal acima referido, a Câmara Municipal delibere sobre a libertação da caução no valor de 21 312,10 €¹⁰. -----

3.3-Na sequência da deliberação camarária que recair sobre a presente informação técnica e de acordo com o disposto no artigo 54.º do RJUE,

¹⁰ 0,10 x (213 121,0 €)-----

deve ser comunicado à Caixa Geral de Depósitos que, a garantia bancária nº 9140031596793, actualmente válida para o valor de **€ 21 312,10 (vinte e um mil trezentos e doze euros e dez cêntimos)**, poderá ser libertada.-----

3.4-Notificar a promotora do teor das resoluções tomadas pelo Executivo, relativamente à receção definitiva das obras de Eletricidade tituladas pelo alvará de loteamento nº 4/2006. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.09.2017: -----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos propostos nos itens 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4 deste documento. ----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.7. COMPROPRIEDADE DE PRÉDIOS RÚSTICOS, PEDIDO DE CERTIDÃO - PROCESSO N.º 488/17 - MARIA OLGA SIMÕES PORTELA DA CUNHA - ABOBELEIRA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA TÉCNICA SUPERIOR MARIA DA LUZ MONTEIRO, DATADA DE Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais: -----

I- ENQUADRAMENTO-----

1.1Através de requerimento registado nesta unidade orgânica com o nº 1489/17, em 24 de agosto de 2017, veio a requerente, Sr.ª Maria Olga Simões Portela da Cunha, dar cumprimento ao solicitado por despacho do Chefe de Divisão, Sr. Eng.º João Carlos Geraldes, praticado sobre informação nº104/SSIG/2017, apresentando as plantas de localização dos prédios rústicos necessárias à instrução do pedido de emissão de parecer registado nesta unidade orgânica com o nº1232/17, em 17 de julho de 2017.-----

II- INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

2.1 Com a entrega dos novos elementos estes serviços consideram, salvo opinião em contrário, que o pedido de emissão de parecer para a realização da escritura de habilitação e partilhas se encontra devidamente instruído. -----

III - JUSTIFICAÇÃO DA PROPOSTA-----

3.1 Na especificidade do pedido-----

3.1.1 O pedido em análise visa a obtenção de parecer favorável à constituição de regime de compropriedade, na proporção de 1/5, a favor de Sara Simões Portela, Fernando Jorge Esteves Portela, Altino Simões Portela, Manuel Simões Portela e Maria Olga Simões Portela da Cunha, dos prédios rústicos nº 170,171 e 273, inscritos na freguesia de Vale de Anta, e do prédio rústico nº1655, inscrito na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves. -----

3.2 No enquadramento na lei-----

3.2.1 De acordo com o disposto no n.º 1 do Artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho, sob a epígrafe Medidas preventivas "A celebração de quaisquer atos ou negócios jurídicos entre vivos de que resulte ou possa vir a resultar a constituição de compropriedade ou a ampliação do número de compartes de prédios rústicos carece de parecer favorável da Câmara Municipal do local da situação dos prédios". -----

3.2.2 Ainda, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, "O parecer previsto no número anterior só pode ser desfavorável com fundamento em que o ato ou negócio visa ou dele resulta parcelamento físico em violação ao regime legal dos loteamentos urbanos, nomeadamente pela exiguidade da quota ideal a transmitir para qualquer rendibilidade económica não urbana." -----

IV- PROPOSTA-----

4.1 Considerando que o pedido tem como objetivo a constituição em regime de compropriedade, na proporção de 1/5, dos prédios rústicos n.º 170,171 e 273, inscritos na freguesia de Vale de Anta, e do prédio rústico n.º 1655, inscrito na União das freguesias de Santa Cruz/Trindade e Sanjurge, concelho de Chaves, destinando-se os mesmos a permanecer inteiros e indivisos fisicamente;-----

4.2 Considerando que o pedido se enquadra no disposto no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 54 da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 70/15, de 16 de julho;-----

Face ao anteriormente exposto, propõe-se superiormente que o pedido formulado pela requerente seja atendido favoravelmente.-----

Caso a presente proposta venha a merecer acolhimento superior, mais se propõe que seja adotada a seguinte estratégia procedimental:-----

(i) Encaminhar a presente informação à próxima reunião da Câmara Municipal para a competente deliberação, conforme determina o n.º 1 do Artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro. -----

Após deliberação, e se a mesma for no sentido do deferimento do pedido, deverá o presente processo ser encaminhado para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.09.2017:-----

Visto. Atento o teor da presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma parecer favorável à constituição da compropriedade requerida e à concomitante passagem da respectiva certidão.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.8. CADUCIDADE DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 1/2006 E DA COMUNICAÇÃO PRÉVIA N.º 3/11 - PROCESSO N.º 11/01 - FERNANDO MANUEL GONÇALVES FERNANDES DIAS, UNIPessoal, LDA. - AREGOS, FREGUESIA DE SANTA MARIA

MAIOR - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA COORDENADORA TÉCNICA ISABEL PRESA, DATADA DE 20.09.2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

A - Da eventual caducidade das operações urbanísticas -----

1. O DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo D.L. n.º 136/14, de 9 de setembro, que consagra o regime jurídico da urbanização e da edificação, fixa o lapso de tempo que os particulares dispõem para exercerem os seus direitos, sob pena de extinção dos mesmos.-----

2. Nesta conformidade, a licença administrativa de uma operação de loteamento que exija obras de urbanização, prevista na alínea a), do n.º2, do art. 4º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado no alvará ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão daquele e da aprovação das prorrogações, de acordo com o disposto na alín. d), do n.º 3, do art. 71º, do referido diploma legal.-----

3. Por outro lado, a Comunicação Prévia para a realização das obras previstas na alínea c), do n.º4, do art. 4º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, caduca se as obras não forem concluídas no prazo fixado, contado a partir da data do pagamento das taxas, de acordo com o disposto na alín. d), do n.º 3, do art. 71º, do referido diploma legal.-----

4. No caso individual e concreto da operação de loteamento, a validade do alvará do n.º 1/2006, situado no Bairro dos Aregos, em Chaves, teve o seu termo em 17.05.2012 (prorrogação do prazo deferido por despacho de 27/06/2011), conforme decorre, inequivocamente, das informações constantes no respetivo processo administrativo. -----

5. Relativamente à Comunicação Prévia n.º 3/11 correspondente à operação urbanística de edificação de um prédio destinado a habitação coletiva e comércio, sita no lote n.º 1 desse loteamento, a sua validade teve seu termo em 06/08/2012.-----

6. Nesta perspetiva, nos casos sub-júdice, e como já terminaram as validades quer do alvará de loteamento quer da Comunicação Prévia, determinam o incumprimento dos prazos estipulados para a conclusão das respetivas obras, enquadrando-se, nessa justa medida, numa das causas de caducidade previstas no art. 71º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, muito concretamente, na alín. d), do seu n.º 3. -----

7. Nesta conformidade, a eventual causa das caducidades, com fundamento na alín. d), do n.º 3, do Art. 71º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações, têm de ser declaradas pela Câmara Municipal, após audiência prévia dos interessados, de acordo com o disposto no n.º 5, da mesma disposição legal.-----

B - Propostas-----

Assim, em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia procedimental:-----

1. Que seja praticada decisão administrativa traduzida na intenção de declarar a caducidade do alvará de loteamento n.º 1/2006, emitido em 17/05/2006, situado nos Aregos, em Chaves, com fundamento no incumprimento do prazo estipulado para a conclusão das obras de urbanização.-----

2. Que seja igualmente praticada decisão administrativa traduzida na intenção de declarar a caducidade da Comunicação Prévia n.º 3/11, emitida em 06/05/2011, para a operação urbanística a levar a efeito no lote 1, desse mesmo loteamento, com fundamento no incumprimento do

prazo estipulado para a conclusão das obras de construção de um edifício de habitação coletiva e comércio.-----

3. No cumprimento das disposições combinadas previstas no n.º 5, do art. 71.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações e no art.121.º e ss. do Código do Procedimento Administrativo, deverão os sentidos das decisões administrativas acima propostas serem sujeitas a audiência prévia dos interessados, sendo estabelecido o prazo de 10 dias para permitir à interessada vir a procedimento, por escrito, dizer o que se lhe oferecer sobre o assunto;-----

4. Se decorrido esse tempo sem que haja pronuncia por parte dos interessados, as decisões da entidade administrativa deverão tornar-se, entretanto, definitivas - ato declaratório das caducidades - e, de seguida, deverá proceder-se à apreensão e ou cassação do alvará de loteamento e da Comunicação Prévia, sendo tal medida devidamente operacionalizada pelo setor de Fiscalização Municipal, nos termos do disposto no art. 79.º, do DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro e ulteriores alterações;-----

5. De imediato, e caso se concretize o ponto anterior, as cassações terão que ser comunicadas à Conservatória do Registo Predial competente, para efeitos de anotação em cada descrição ou cancelamento do registo, à luz do disposto n.º n.º 2, do artigo 79.º, do RJUE;----

6. Tendo em consideração que as obras de urbanização, licenciadas a coberto do alvará de loteamento não se encontram executadas, a Câmara Municipal deverá, desde já, deliberar que, oportunamente, se encetem as diligências técnico-administrativas conducentes á execução coerciva das obras de urbanização, acionando para o efeito a garantia bancária n.º 06/069/35700, emitida em 10/03/2006, no montante de 453.729,68€ e apresentada pela empresa Fernando Manuel Gonçalves Fernandes Dias, Unipessoal, Lda, com vista a assegurar a sua boa execução.-----

7. Por último, reenviem-se os processos quer de loteamento e da Comunicação Prévia, agora acompanhados da presente informação, ao gabinete do Chefe de Divisão de Gestão e Ordenamento do Território, Sr. Eng.º João Gerales, para os fins entendidos por convenientes.---

É tudo, de momento, que me cumpre informar sobre este assunto.-----

À Consideração Superior.-----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.09.2017:-----

Visto. Concorde. Atentas as razões de facto e de direito expressas na presente informação, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação nos termos e para os efeitos preconizados nas alíneas 1 a 6, do item "B - Propostas", deste documento.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 25.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 25.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.9. COMPROPRIEDADE DE PRÉDIOS RÚSTICOS, PEDIDO DE ALTERAÇÃO - PROCESSO N.º 536/17 - ADELINA DELGADO ALVES - FREGUESIAS DE MOREIRAS

E S. PEDRO DE AGOSTÉM - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. DRA. CATARINA PINTO DATADA DE 25.09.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

1. INTRODUÇÃO E ENQUADRAMENTO-----

1.1. Através do requerimento registado na Secção de Apoio Administrativo da DGOT com o nº 1665/17, respeitante ao processo com o nº 536/17, em 18 de setembro de 2017, a Sr.^a Adelina Delgado Alves, na qualidade de herdeira, por óbito de Maria Amélia Borges Delgado e de Firmino Alves, e na sequência de um pedido anterior, apresentado através do requerimento registado sob o nº 1371/17, veio solicitar uma alteração ao mesmo, no que se refere às proporções a atribuir aos herdeiros, relativamente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 4581º, da freguesia de S. Pedro de Agostém, passando de 1/8 indiviso (da parte que cabe à herança), para 3/20 indivisos, a atribuir a cada um dos interessados - João Delgado Alves e Adelina Delgado Alves;-----

1.2. Em resposta ao pedido formulado através do requerimento nº 1371/17, foi por estes serviços, em 14 de agosto de 2017, prestada uma informação relacionada com a emissão de parecer favorável à constituição do regime de compropriedade e aumento do número de partes a que se refere o nº 1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 70/2015, de 16 de julho, com vista a instruir uma escritura de partilhas dos prédios rústicos inscritos na matriz predial sob os artigos nºs 3138 e 4581, da freguesia de S. Pedro de Agostém, e do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo nº 2377, da freguesia de Moreiras, todos no concelho de Chaves.-----

2. PROPOSTA -----

2.1. Não se vendo inconveniente na alteração agora solicitada pela requerente, propõe-se o acolhimento favorável ao pedido de parecer e subsequente emissão da certidão de compropriedade, nos termos descritos na informação prestada em 14 de agosto de 2017, excetuando o se refere ao prédio registado sob o artigo 4581º, inscrito na matriz predial rústica da freguesia de S. Pedro de Agostém, em que a proporção a atribuir a cada um dos interessados João Delgado Alves e Adelina Delgado Alves, aquando da constituição do regime de compropriedade, passará a ser de 3/20 indivisos (da parte que cabe à herança);-----

2.2. Em caso de superior concordância com o ponto anterior, propõe-se a submissão da presente informação a deliberação da Ex.^a Câmara Municipal, conforme estipula o nº1 do Art.º 54º da Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sugerindo-se o seu agendamento para a próxima reunião ordinária deste órgão, devendo posteriormente, em caso de deferimento, transitar para o Gabinete de Notariado e Expropriações para emissão da competente certidão. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DA TÉCNICA SUPERIOR, NA AUSÊNCIA DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SRA. ARQ.^a ANA ISABEL AUGUSTO, DE 26.09.2017: -----

A presente informação satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria, pelo que merece a minha concordância. Neste sentido, sou a propor que superiormente seja adotada a estratégia procedimental sugerida. À consideração do Sr. Diretor de Departamento de Coordenação Geral. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 26.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 26.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3.10 CONSTRUÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO A RESTAURANTE, PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA - PROCESSO N.º 295/17 - BEATRIZ COELHO MORAIS - LUGAR DE TRÁS DA SANTA, FREGUESIA DE VALE DE ANTA - INFORMAÇÃO DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO DA SRA. ENG.ª VITÓRIA ALMEIDA DATADA DE 12.09.2017.-----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais:-----

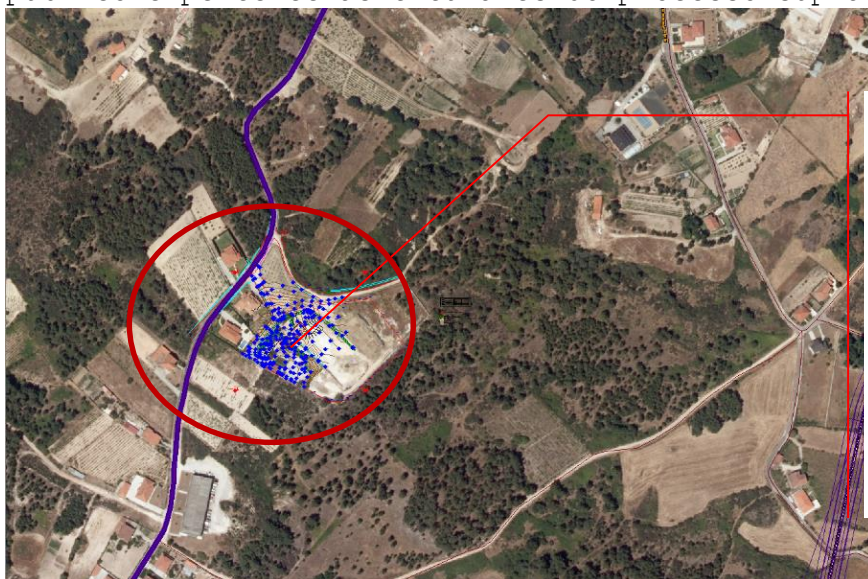
1. INTRODUÇÃO-----

1.1 Através de requerimento n.º 748/17, datado de 04/05/2017, que deu origem ao processo nº295/17, as Senhoras Beatriz Coelho Morais e Inês Coelho Morais, na qualidade de proprietárias, formularam um pedido de informação prévia sobre a possibilidade de realizar obras de construção, em área abrangida pelo PDM de Chaves, nos termos do nº 1 do artigo 14 do DL n.º555/99 de 16 de dezembro, na sua atual redação, destinadas a um imóvel para um restaurante a implantar num prédio abaixo identificado.-----

1.2. Solicita ainda, que lhe seja reconhecido do interesse Público para o desenvolvimento local, prevista no n.º1, do artigo 56.º do Regulamento do PDM, destinada a instruir processo de viabilização da unidade de restauração a que a epígrafe supra alude.-----

2. IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO-----

A presente pretensão, objeto de análise, de acordo com a Certidão da Conservatória do Registo Predial de Chaves apresentada, projeta-se num o prédio rústico composto de mato, situa-se em Trás-da-Santa, com uma área total de 11236 m², área descoberta de 11236 m², da Freguesia de Valdanta e descrito sob o nº249/199880725, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo nº2223, confronta de norte com caminho de consorte, de nascente e sul com particulares e de poente com caminho público e pertence as titulares do processo supra identificado.-----



Localização do prédio rústico, fazendo a sobreposição do levantamento topográfico, em formato digital georreferenciado, apresentado pelas requerentes, sobre ortofotomapa, com voo de 2012 (folha nº34-3B)

3. INSTRUÇÃO DO PEDIDO-----

Relação dos elementos que instruem este processo de obras, de acordo com o n.º 9, do ponto II - Elementos específicos da Informação Prévia, do anexo I⁽¹¹⁾ da Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril, com os artigos n.º 10.º e n.º 14, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, bem como, dos Artigos n.º 13 (designadamente com os números 3 e 5, 12, 13, 14), e artigo n.º 14 do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação, publicado em Diário da República, 2.ª série - N.º 207-22, de outubro de 2015, através do Regulamento n.º 732/2015, RMUE:-----

- Declaração de responsabilidade de compatibilidade entre papel e formato digital, de acordo com o n.º 14, do artigo 13.º^(12) do RMUE;---

¹¹ 9 - No caso de obras de edificação:-----

b) Projeto de arquitetura, incluindo plantas à escala de 1:500 ou superior, definindo a volumetria, alinhamento, altura da fachada e implantação da edificação, dos muros de vedação e das construções anexas;-----

c) Planta das infraestruturas locais e ligação às infraestruturas gerais;-----

d) Planta com a definição das áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas, exceto se não houver lugar a cedências para esses fins;-----

e) Fotografias do imóvel sempre que se trate de obras de alteração, reconstrução, ampliação ou existam edificações adjacentes;-----

f) Indicação da localização e dimensionamento das construções anexas, incluindo alçados a uma escala de 1:500 ou superior, para os efeitos previstos na alínea d) do n.º 4 do artigo 4.º do RJUE;-----

g) Termo de responsabilidade de técnico legalmente habilitado a subscrever projetos que ateste que a execução das obras de urbanização se conforma com o disposto no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro;-----

h) Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º-----

¹² Artigo 13.º - **Requerimento, comunicação e respetiva instrução**-----

12 - Todos os levantamentos topográficos apresentados no âmbito da instrução dos pedidos de realização de operações urbanísticas deverão ser acompanhados de uma Declaração (documento escrito) na qual o Topógrafo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. (Anterior n.º 11) -----

13 - A declaração mencionada no número anterior deverá também ser apresentada até cinco dias após o início dos trabalhos relativos à implantação de quaisquer obras novas de urbanização e de edificação, com a menção adicional de que esta foi efetuada no estrito cumprimento do projeto aprovado. Esta referência deverá ainda ser registada no Livro de Obra. (Anterior n.º 12)-----

14 - Enquanto houver apresentação simultânea de peças instrutórias em papel e formato digital, essa entrega deverá ser acompanhada de declaração subscrita pelos autores ou pelo coordenador do projeto, atestando que os dois formatos apresentam a mesma informação, em conformidade com o Anexo III do presente Regulamento.-----

- Extrato da planta de ordenamento, do plano Diretor Municipal, á escala 1:10000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Extrato da planta de condicionantes, do plano Diretor Municipal, á escala 1:10000, com a indicação precisa do local onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização, à escala 1:2.000, com a indicação da delimitação do prédio onde se pretende executar a obra;-----
- Planta de localização e enquadramento, à escala 1:10.000, com a indicação da delimitação do prédio onde se pretende executar a obra;-
- Termo de responsabilidade subscrito pelo autor do pedido de Informação prévia quanto ao cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----
- Prova da validade da inscrição do arquiteto em organismo público/ associação pública de natureza profissional oficialmente reconhecido, de acordo com o artº10º do RJUE;-----
- Comprovativo da contratação de seguro de responsabilidade civil dos técnicos, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho;-----
- Certidão da descrição e de todas as inscrições em vigor emitida pela Conservatória do Registo Predial referente ao prédio abrangido;-
- Levantamento topográfico, sempre que haja alteração da topografia ou da implantação das construções, à escala de 1:1000 e á escala 1/500, devidamente cotado, que identifique o prédio e a respetiva área, assim como o espaço público envolvente, acompanhado de:-----
- Declaração (documento escrito) na qual o Topografo autor do respetivo levantamento topográfico declare a conformidade do mesmo com os elementos cadastrais presentes no local. -----
- Comprovativo da validade da inscrição em associação pública de natureza profissional ou comprovativo de habilitação adequada;-----
- Projeto de arquitetura, incluindo plantas à escala de 1:200, definindo a volumetria, alinhamento, altura da fachada e implantação da edificação, dos muros de vedação e das construções anexas;-----
- Planta com a definição das áreas de cedência destinadas à implantação de espaços verdes, equipamentos de utilização coletiva e infraestruturas viárias, acompanhada de quadros com as medições das áreas respetivas, exceto se não houver lugar a cedências para esses fins;-----
- Plano de acessibilidades que apresente a rede de espaços e equipamentos acessíveis, acompanhado do termo de responsabilidade do seu autor que ateste que a execução da operação se conforma com o Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto, desde que inclua tipologias do seu artigo 2.º-----

4. ANTECEDENTES-----

Em 10/12/2016, as requerentes apresentam um pedido de informação prévia que decorreu no processo n746/16, com proposta de parecer desfavorável relativamente ao pedido de informação prévia comunicado, pois para além de outras questões a mesma deveria ser obrigatoriamente precedida de um reconhecimento por parte do Município de uma iniciativa de interesse para o desenvolvimento local, comunicada através do anterior Ofício n.º 63/DGOT/2017, de 2017/01/13. Ultrapassado o prazo concedido, ao abrigo dos artigos 121.º e 122.º do Decreto-Lei nº4/2015,

15 – As obras de construção, reconstrução, ampliação ou alteração deverão ser instruídas com uma ficha de medição das edificações, em conformidade com o Anexo IV do presente Regulamento.-----

de 7 de janeiro, que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo, sem que as requerentes tenham apresentado qualquer tipo de alegações às questões que motivaram o indeferimento da pretensão, foi proposta a decisão final de indeferimento.-----

5. CONSULTAS A ENTIDADES EXTERNAS -----

Não houve consultas externas-----

6. SERVIDÕES E RESTRIÇÕES DE UTILIDADE PÚBLICA-----

O local não está sujeito a qualquer condicionante, servidão ou restrição de utilidade pública.-----

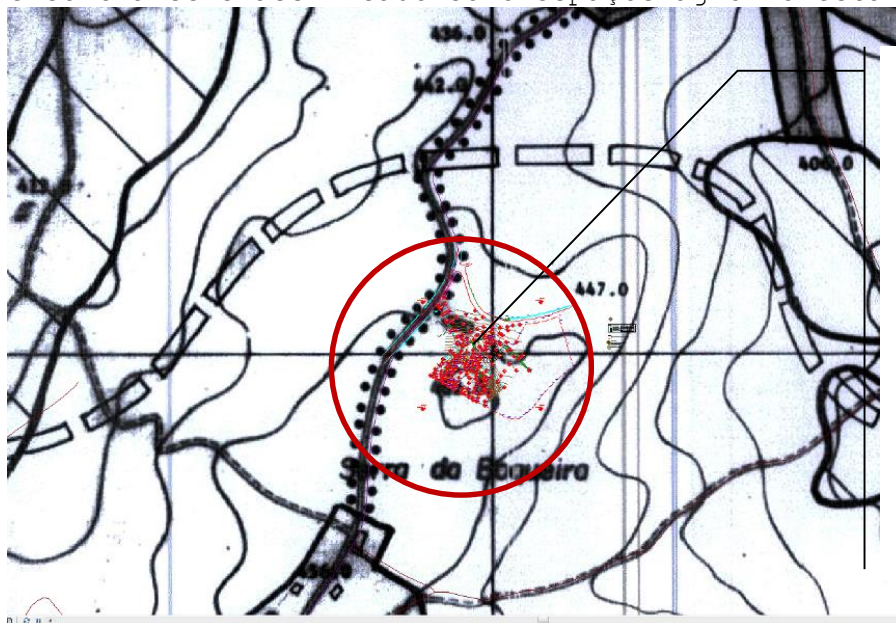
7. ENQUADRAMENTO NO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE CHAVES (PDM) -----

Regista-se que o prédio acima referido com a área total conservada de 11236m² e com a configuração e delimitação constantes da planta topográfica junta. -----

a) Em termos de Ordenamento-----

A área em estudo é abrangida pelo Plano Diretor Municipal de Chaves, publicado na I Série - B do Diário da República n.º 35/95, de 10 de fevereiro (Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/95) e correspondentes Cartas de Ordenamento. -----

Recorrendo, com as devidas ressalvas a Tecnologias de Comunicação e Informação, e fazendo a sobreposição do levantamento georreferenciado, apresentado pelas requerentes sobre o raster da carta de ordenamento do PDM, folha 34A, à escala 1:10.000, verificamos que o prédio em apreço encontra-se classificado como espaços agroflorestais comuns. -----



Conforme se ilustra, na sobreposição do levantamento topográfico georreferenciado, apresentado pelas requerentes, sobre o raster da carta de ordenamento correspondente (folha nº34A).

b) Em termos de condicionantes-----

Face ao extrato da planta de condicionantes, folha 34A, apresentada pelas requerentes verifica-se que o prédio assinalado se insere e espaços agroflorestais comuns. -----

8. APRECIAÇÃO TÉCNICA (de acordo com a legislação em vigor)-----

8.1. Considerando que a área de intervenção, localiza-se em espaços agroflorestais comuns e que está dissociada de operação de loteamento, aplicam-se os parâmetros urbanísticos plasmados no n.º 2 do art.º 58º, da seção IX, do regulamento do PDM, por força do disposto no n.º 1 do art.º 54º.;-----

8.2 A instalação de restaurantes em espaços agroflorestais comuns, será admissível se o município reconhecer que se trata de iniciativa

de interesse para o desenvolvimento local, de acordo com o previsto no ponto 1, do artigo n.º 56⁽¹³⁾, do regulamento do PDM;-----

8.3 A certidão de interesse público a que se refere o número anterior é requerido junto do município, nos termos do ponto 1, do artigo 56.º do regulamento do PDM, de acordo com a Lei 75, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º do RJUE.-----

8.4. Quanto às regras de edificabilidade, o prédio possui uma área total conservada de 11236,00m², é proposta uma edificação com três pisos, com uma área bruta de construção de 694,00m², inferior à área bruta de construção resultante da aplicação do $I_c=0,15/m^2$, à área da parcela, ou seja, 1685,04m², em conformidade com o n.º 3, do artigo 58.º que remete para a alínea b), do n.º 2 do mesmo artigo. No que concerne à área total do solo impermeabilizado é proposta uma área 1662,80m², inferior à aplicação de 15% à área da parcela integrada em espaços agrícolas e florestais, ou seja 1685,40m², logo cumpre com o estabelecido na alínea b), do n.º 2, do artigo 58.º -----

8.5 A edificação, salvo melhor opinião, garante um afastamento de 200m a qualquer instalação agropecuária já existente, de acordo com a alínea c), do n.º 2 do artigo 37, por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do art.º 58º;-----

8.6 A edificação garante uma distancia mínima de 10 de qualquer extrema da parcela, conforme o disposto na alínea d), do n.º 2 do artigo 37 por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do art.º 58º;-----

8.7 A altura⁽¹⁴⁾ da edificação proposta, salvo melhor opinião, cumpre com o disposto na alínea e), do n.º 2 do artigo 37 por força do disposto na alínea b), do n.º 2 do art.º 58º;-----

8.8 A instalação de restaurantes em espaços agroflorestais comuns, será admissível se o município reconhecer que se trata de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local, de acordo com o previsto no ponto 1, do artigo n.º 56, do regulamento do PDM. Neste contexto as interessadas apresentam um requerimento/exposição, nos termos do ponto 1, do artigo 56.º do regulamento do PDM, de acordo com a Lei 75, sem prejuízo do disposto no artigo 13.º do RJUE.-----

8.9 Para o efeito o requerente, no requerimento/exposição invoca "a proposta de materialização de uma unidade de restauração a qual se pretende diferenciadora em todos os seus aspetos, criando uma unidade que se deseja destacar pela oferta de produtos e serviços de excelência", mais refere "sendo o turismo um indubitável motor de desenvolvimento social e económico, através do qual o país tem ganho notoriedade e crescimento expressivo, (...) se justifica o investimento numa unidade de restauração que promova e exporte a identidade da

¹³ Artigo 56º - Restaurantes, discotecas e estabelecimentos afins----

1 - A instalação de restaurantes, discotecas ou estabelecimentos afins fora dos espaços urbanos e urbanizáveis e dos espaços de uso diversificado só é admissível quando se trate de iniciativa de interesse para o desenvolvimento local reconhecido pelo município, podendo em tais condições localizar-se em espaços pertencentes à classe 4 - espaços agrícolas e florestais.-----

¹⁴Altura de uma edificação - É a dimensão vertical medida desde a cota de soleira até ao ponto mais alto do edifício, incluindo a cobertura e demais volumes edificados nela existentes, mas excluindo chaminés e elementos acessórios e decorativos, acrescida da elevação da soleira, quando aplicável.-----

Cota de soleira - Cota calculada a partir da entrada principal do edifício ou do corpo do edifício ou parte distinta do edifício, quando dotados de acesso independente a partir do exterior.-----

nossa região, sobretudo na sub região do Alto Tâmega, também passa pela criação de unidades de restauração (...) que se afirma como foco de oferta profissional e exclusiva dos produtos e cultura gastronómica autóctone como sendo o "porco Bísaro". Refere ainda que move a motivação das interessadas o facto da criação da referida unidade de restauração "assenta também na proximidade fronteiriça com Espanha e no aproveitamento das sinergias criadas entre Chaves e Verin", aliado a isso, a facilidade de acessos ao Aeroporto Sá Carneiro, que funcionam como elemento catalisador de captação de clientes, sobretudo de estrangeiros", também referem que pretendem criar parcerias essenciais com entidades como a ACISAT e a recente criada CIM do Alto Tâmega, bem como dos diversos operadores turísticos locais e internacionais: Mais referem a criação de postos de trabalho indiretos e de mão de obra especializada entre outros motivos apontados pelas requerentes, na referida exposição (folhas 26, 27, 28 e 29) do presente processo.-----

8.10 Assim, as requerentes pretendem que, seja reconhecido o interesse para o desenvolvimento local ao projeto apresentado, uma vez que consideram que se encontram reunidas as condições de adequada sustentabilidade ambiental e territorial, com atividades associadas, proporcionando crescimento económico sustentado e criador de emprego. Fundamentam também pelo facto do Empreendimento, destinado a um restaurante, contribuir para a divulgação das tradições gastronómicas e da excelência dos produtos que distinguem positivamente esta nossa terra e garantindo uma oferta diferenciadora e exclusiva. -----

9. PROPOSTA DE DECISÃO-----

Pelo exposto, julgo, salvo melhor opinião, que poderá ser reconhecido o interesse para o desenvolvimento local, á operação urbanística, consubstanciada na construção de imóvel destinado a uma unidade de restauração, no entanto, deixa-se á consideração da Ex.ma Câmara tal deliberação. -----

À Consideração Superior. -----

DESPACHO DO CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, SR. ENG.º JOÃO CARLOS BOTELHO GERALDES, DE 22.09.2017: -----

Visto. Atento o teor da presente informação e face às considerações expressas no item 8.9 deste documento, sou a propor que superiormente sejam proferidos competentes despachos no sentido de a Câmara Municipal vir a adoptar uma deliberação onde se reconheça, à luz do disposto no n.º 1, do artigo 56º, do Regulamento do Plano Director Municipal, que a situação individual e concreta em causa, é merecedora de ser considerada como uma iniciativa de interesse para o desenvolvimento local.-----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 26.09.2017 -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO VEREADOR RESPONSÁVEL ARQTO. CASTANHEIRA PENAS, DE 26.09.2017 -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

VI

OBRAS PÚBLICAS E EMPREITADAS:

1- URBANIZAÇÃO

1.1. REQUALIFICAÇÃO DA ESTRADA DESDE A ROTUNDA DO TECNÓPOLO I ATÉ À PONTE DE VILA VERDE DA RAIA - APROVAÇÃO DA ANÁLISE DE ERROS E OMISSÕES. PARA RATIFICAÇÃO -----

Foi presente a informação nº 394/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento-----

O Executivo Camarário em sua reunião ordinária de 4 de agosto de 2017, deliberou autorizar a abertura do procedimento identificado em epígrafe com vista à adjudicação da empreitada em causa. -----

Na fase correspondente à apresentação por parte dos interessados no concurso de listas de erros e omissões, a empresa Anteros - Empreitadas, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A., veio a apresentar uma lista de erros e omissões. -----

Após análise da mesma, foram obtidas as conclusões exaradas em documento anexo e que aqui se dá por integralmente reproduzido. -----

Nos termos do exposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, o órgão competente para a decisão de contratar deve pronunciar-se sobre os erros ou omissões apresentados, até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, ou nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo, até ao termo do período de suspensão daquele prazo. -----

II - Da Proposta em Sentido estrito -----

Assim, face ao exposto, tomo a liberdade de sugerir o seguinte: -----

a) A aceitação da presente análise dos erros e omissões apresentados, anexando-se a este documento a ata do Júri do Concurso. De salientar que não há lugar à alteração do preço base do concurso; -----

b) Que, dado que o presente documento apenas poderá ser presente à reunião ordinária de Câmara que se realiza no próximo dia 29 de setembro, e de modo a não ultrapassar o período previsto na primeira parte do n.º 5 do artigo 61º do CCP, já que o contrário obrigaria à prorrogação do prazo de apresentação das propostas, o que, por sua vez, acarretaria constrangimentos para o município, o Sr. Presidente da Câmara, aprove a análise das listas de erros e omissões apresentados. -----

c) Submeter o seu ato a ratificação do órgão Executivo Municipal, na sua reunião ordinária de 29 de setembro de 2017, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dado tratar-se de uma situação excecional e urgente e não ser possível reunir extraordinariamente a Câmara. -----

d) Nos termos do nº7 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, que sejam notificados os interessados, através da plataforma eletrónica do Município de Chaves (www.vortalgov.pt), do teor da presente decisão. -----

e) Dado que as alterações introduzidas não modificam aspetos fundamentais das peças do procedimento, de acordo com o nº3 do artigo 64º do Código dos contratos Públicos, não se regista a necessidade de se proceder à prorrogação do prazo inicialmente fixado para a apresentação das propostas, sendo para o efeito, aplicado o mecanismo previsto no n.º 3 do artigo 61.º. -----

Nesta conformidade, o prazo limite para a entrega das propostas é o seguinte: Dia 25 de setembro de 2017, até às 17 horas. -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 15 de setembro de 2017-----

A Chefe de Divisão -----
(Eng.^a Amélia Rodrigues) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.55. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.15. -----

Aprovo. À reunião de Câmara para ratificação -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Senhor Presidente da Câmara de 15.09.2017, proferido na informação técnica supra. -----

Regista-se a entrada da Vereadora do Partido Socialista, Senhora Dra. Paula Cristina Barros Teixeira Santos, iniciando a sua participação na reunião quando eram 09:45 horas. -----

1.2. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS - CASAS NOVAS REDONDELO" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA -----

Foi presente a informação nº 404/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 -A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 125 de 30 de junho de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Construção de Estação de Tratamento de Águas Residuais - Casas Novas Redondelo". --

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 18 de agosto de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa Construções Quatro de Maio, Lda., a execução da referida empreitada. -----

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 30 de agosto de 2017. -----

4- O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária, é de 252.565,00 € (Duzentos e cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta e cinco euros), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra 150 dias. ----

5 - O Auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado em 11 de setembro de 2017. -----

6 - O adjudicatário, apresentou a dia 14 de setembro de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis.

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analísado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pelo Sr. ° Eng.° Vítor Pereira, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o n.º 3 do artigo 9.º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----
2. Nomear como coordenador de segurança o Técnico Superior, Eng.º Vítor Pereira -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o n.º 1 do artigo 15.º do Dec. Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Divisão de Obras Públicas, 20 de setembro de 2017 -----

A Chefe de Divisão-----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: Plano de Segurança e Saúde -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.3. APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - ADUTORA CANDO - SOUTELO E RESERVATÓRIO DE SOUTELO" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA -----

Foi presente a informação n.º 405/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República - 2ª Série, n.º 98 de 22 de maio de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, Lda.", a execução da referida empreitada;

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 30 de agosto de 2017; -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 456.442,73 € (Quatrocentos e cinquenta e seis mil quatrocentos e quarenta e dois euros e setenta e três cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 150 dias; -----

5 - O Auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado em 18 de setembro de 2017. -----

6 - O adjudicatário, apresentou a 15 de setembro de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

2. II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.ª Eng.ª Fernanda Serra, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----

2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.ª Fernanda Serra -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.ª Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES -----

Município de Chaves, dono da obra "Adutora Parque Empresarial Chaves - Adutora Cando - Soutelo e Reservatório de Soutelo", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica Superior, Fernanda Maria Duro Borges Moraes Serra, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afetas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções. -----

Divisão de Obras Públicas, 21 de setembro de 2017. -----

Pelo Dono da Obra -----

(Arq. António C. Monteiro Cabeleira) -----

(Eng.ª Amélia Cristina G. Rodrigues) -----

O Coordenador de Segurança e Saúde da Obra -----
(Eng.^a. Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.4.APROVAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EXECUÇÃO DA OBRA "ADUTORA PARQUE EMPRESARIAL CHAVES - URZEIRA E REMODELAÇÃO DO RESERVATÓRIO DE URZEIRA" E NOMEAÇÃO DO RESPECTIVO COORDENADOR DE SEGURANÇA E SAÚDE EM OBRA -----

Foi presente a informação nº 406/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1 - A Câmara Municipal de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da Republica - 2ª Série, nº 98 de 22 de maio de 2017, concurso público, tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Adutora Parque Empresarial Chaves - Urzeira e Remodelação do Reservatório de Urzeira"; -----

2 - De harmonia com a deliberação Camarária tomada na reunião ordinária realizada no dia 07 de julho de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "SINOP - Sociedade de Infraestruturas e Obras Públicas - António Moreira dos Santos, Lda.", a execução da referida empreitada;

3 - O ato adjudicatório veio a ser formalizado através da assinatura do contrato administrativo de obras públicas, no dia 30 de agosto de 2017; -----

4 - O valor da adjudicação na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária é de 287.817,32 € (Duzentos e oitenta e sete mil oitocentos e dezassete euros e trinta e dois cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, com o prazo de execução da obra de 75 dias; -----

5 - O Auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado em 18 de setembro de 2017. -----

6 - O adjudicatário, apresentou a 15 de setembro de 2017, o Plano de Segurança e Saúde no Trabalho de Estaleiros Temporários ou Móveis. --

II - Fundamentação -----

Face à necessidade de reduzir os riscos profissionais no sector da construção civil, e de acordo com a legislação em vigor, torna-se necessário dar integral cumprimento às obrigações decorrentes do Decreto-lei nº 273/2003 de 29 de outubro, relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde a aplicar nos estaleiros temporários ou móveis. -----

Assim e de acordo com o ponto 3 do artigo 5º do Decreto-lei nº 273/2003, foi apresentado pela entidade executante o plano de segurança e saúde no trabalho, para a fase de execução da obra. -----

Analisado o Plano de Segurança e Saúde no trabalho, pela Sr.^a Eng.^a Madalena Branco, conclui-se que o mesmo se encontra em condições de ser aprovado condicionalmente, devendo o referido plano ser atualizado, sempre que no decurso da empreitada se verifique que as

condições iniciais de execução de tarefas sejam alteradas, ou identificados novos riscos. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Considerando que é obrigação do dono da obra, nomear o coordenador de segurança em obra, de acordo com o nº 3 do artigo 9º, do já referido diploma legal, propõe-se ao executivo camarário, deliberação no sentido de: -----

1. Aprovar o Plano de Segurança e saúde em anexo; -----
2. Nomear como coordenador de segurança a Técnica Superior, Eng.^a Madalena Branco -----

3. Dando cumprimento ao ponto 4 do mesmo artigo, junto se anexa declaração conjunta onde é expressa a nomeação do coordenador de segurança e a sua aceitação; -----

4. De acordo com o nº 1 do artigo 15º do Dec. Lei nº 273/2003 de 29 de outubro, deverá ser comunicado a abertura de estaleiro à ACT (Autoridade para as Condições de Trabalho). -----
À consideração Superior. -----

Chaves, 21 de setembro de 2017 -----

A Chefe de Divisão -----

(Eng.^a Amélia Cristina Rodrigues) -----

Em Anexo: O Plano de Segurança e Saúde. -----

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DE FUNÇÕES -----

Município de Chaves, dono da obra "Adutora Parque Empresarial Chaves - Urzeira e Remodelação do Reservatório de Urzeira", declara, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 9º do Decreto Lei 273/03 de 29 de Outubro, que nomeia a Técnica Superior, Maria Madalena de Sousa Durão Branco, como Coordenadora de Segurança e Saúde da referida obra, a qual assegurará o exercício das funções afetas à coordenação da mesma, que neste mesmo documento, declara a aceitação daquelas funções. -----

Divisão de Obras Públicas, 21 de setembro de 2017. -----

Pelo Dono da Obra -----

(Arq. António C. Monteiro Cabeleira) -----

(Eng.^a. Amélia Cristina G. Rodrigues) -----

O Coordenador de Segurança e Saúde da Obra -----

(Eng.^a. Maria Madalena de Sousa Durão Branco) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.5 "PAMUS 2 - REQUALIFICAÇÃO DE CORREDORES URBANOS EXISTENTES: ZONA URBANA NASCENTE - REQUALIFICAÇÃO E REMODELAÇÃO DAS RUAS ANTUNES GUERREIRO E INÁCIO PIZARRO (INTERVENÇÃO 1.2)" TRABALHOS A MENOS

Foi presente a informação nº 403/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu, por anúncio publicado no Diário da República, 2.^a Série, n.º 39 de 23 DE fevereiro de 2017, concurso público tendo como objeto a adjudicação da empreitada "PAMUS 2 -

Requalificação de Corredores Urbanos Existentes: Zona Urbana Nascente - Requalificação e Remodelação das Ruas Antunes Guerreiro e Inácio Pizarro (INTERVENÇÃO 1.2)". -----

2. De harmonia com a deliberação camarária tomada em reunião ordinária, do dia 28 de Abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Socorpena, Construções e Obras Públicas, Lda.", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, outorgado perante o oficial público da Autarquia em 1 de Junho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 552.866,36€ (Quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e sessenta e seis euros e trinta e seis cêntimos), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor. -

5. Prazo de execução da obra, 150 dias. -----

6. O auto de consignação dos trabalhos da referida empreitada foi celebrado a 5 de Junho de 2017. -----

7. A aprovação do plano de Segurança e Saúde para a fase de execução da obra foi comunicada à entidade executante a 14 de Junho de 2017.--

II - Fundamentação -----

1. A presente empreitada prevê a remodelação da Rua Antunes Guerreiro e Rua Inácio Pizarro em Santa Cruz. Execução de novos pavimentos, passeios, estacionamento e faixa de rodagem, sinalização, execução de infraestruturas de redes de abastecimento de água, infraestruturas elétricas de distribuição em baixa tensão, iluminação pública e telecomunicações. -----

2. O Município de Chaves, ao abrigo do contrato de concessão das redes elétricas, estabelecido com a EDP - Distribuição, através da Portaria n.º 454/2001 de 5 de Maio, solicitou a esta entidade a colaboração na remodelação das redes elétricas, tendo esta entidade informado que a colaboração seria traduzida no fornecimento de equipamentos elétricos tais como: cabos elétricos, armários de distribuição, colunas e braços para a rede de iluminação pública. -----

3. Considerando que o projeto de infraestruturas elétricas prevê artigos para o fornecimento de equipamentos e artigos para a sua instalação, e após análise dos mapas de medições e orçamento e, ao abrigo do disposto no artigo n.º 379 do Código dos Contratos Públicos, o qual prevê a supressão de trabalhos previstos em contrato, deverá ser informado o empreiteiro da supressão destes trabalhos de fornecimento e apenas serão efetuados os trabalhos referentes à sua instalação, cabendo ao dono de obra a entrega dos equipamentos em estaleiro da empreitada em epigrafe. -----

4. Pelo acima exposto resultam Trabalhos a Menos, que são apresentados em anexo a esta informação em mapa de medições e orçamento. -----

5. Os Trabalhos a Menos têm um valor de 26.240,80€, (Vinte e seis mil, duzentos e quarenta euros e oitenta cêntimos), o que representa 4,75 % do valor de adjudicação. -----

III - Proposta -----

1. Face ao exposto, propõe-se o seguinte: -----

a) Que numa primeira fase, a presente proposta seja agendada para a reunião de Executivo Municipal, com vista à obtenção da competente aprovação dos Trabalhos a Menos; -----

b) Submeter a aprovação do Órgão Executivo Municipal a lista de Trabalhos a Menos, ao abrigo de Artigo 379.º do Código dos Contratos Públicos; -----

c) De seguida, caso a proposta seja aprovada, notificar o adjudicatário, emitindo ordem com o conteúdo da informação, de acordo com o n.º 1 do Artigo 379.º do Código dos Contratos Públicos; -----
 d) Que seja autorizada a redução da Garantia Bancária, Operação n.º 0693.003045.193, emitida pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., em 19 de Maio de 2017. -----

À consideração Superior. -----
 Chaves, 18 de setembro de 2017-----
 Os Técnicos -----

(Vitor Joaquim Fernandes Pereira) -----

(José Luís de Figueiredo Araújo) -----

Em Anexo: Lista de trabalhos a Menos -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.09.22. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

1.6.LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)- AUTO DE MEDIÇÃO Nº 5/DOP/2017 - TRABALHOS ELEGÍVEIS -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 5/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 24.605,84 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €24.605,84 (vinte e quatro mil seiscientos e cinco euros e oitenta e quatro centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.7. LOTE 3: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA IRMÃOS RUI E GARCIA LOPES (PAMUS 1.2)- AUTO DE MEDIÇÃO Nº 6/DOP/2017 - TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 6/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 22.437,84 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €22.437,84 (vinte e dois mil quatrocentos e trinta e sete euros e oitenta e quatro cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.8. REQUALIFICAÇÃO DO PAVIMENTO DO BAIRRO DA TRANSLAR - AUTO DE MEDIÇÃO N° 3/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 8.158,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €8.158,00 (oito mil cento e cinquenta e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.9. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N° 1 DE CHAVES - EB1 DE SANTO AMARO - AUTO DE MEDIÇÃO N° 1/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição n° 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 95.326,03 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €95.326,03 (noventa e cinco mil trezentos e vinte e seis euros e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.10. REQUALIFICAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA N° 1 DE CHAVES - JARDIM DE INFÂNCIA DO CINO-CHAVES - AUTO DE MEDIÇÃO N° 2/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 2/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 69.666,82 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €69.666,82 (sessenta e nove mil seiscientos e sessenta e seis euros e oitenta e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.11. PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3) PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (2.5), REMODELAÇÃO PAISAGÍSTICA E FUNCIONAL DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 3/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 3/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 20.930,80 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €20.930,80 (vinte mil novecentos e trinta euros e oitenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

De seguida, usou da palavra o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----

"Irá votar contra a aprovação do presente assunto, em apreciação considerando que é muito defensor da criação e/ou manutenção de espaços verdes, nos centros das cidades, sendo contraproducente a construção de edifícios, em jardins públicos." -----

1.12. PARU 3 - CENTRO DE CONVÍVIO NO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (INTERVENÇÃO 2.3) PARU 5 - REQUALIFICAÇÃO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA (2.5), REMODELAÇÃO PAISAGÍSTICA E FUNCIONAL DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA E CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE CONVÍVIO DO LARGO DO TERREIRO DA CAVALARIA - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 4/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 4/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 2.262,50 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com o voto contra do Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €2.262,50 (dois mil duzentos e sessenta e dois euros e cinquenta cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

De seguida, usou da palavra o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, para apresentar, verbalmente, a seguinte declaração: -----
 "Irà votar contra a aprovação do presente assunto, em apreciação considerando que é muito defensor da criação e/ou manutenção de espaços verdes, nos centros das cidades, sendo contraproducente a construção de edifícios, em jardins públicos." -----

1.13. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 17/DOP/2017 - TRABALHOS ELEGÍVEIS -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 17/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 23.079,47 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----
DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €23.079,47 (vinte e três mil e setenta e nove euros e quarenta e sete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.14. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 18/DOP/2017 - TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 18/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS - EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 40.144,86 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---
DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e

regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.
DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €40.144,86 (quarenta mil cento e quarenta e quatro euros e oitenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.15. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 19/DOP/2017 – TRABALHOS ELEGÍVEIS. -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 19/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 11.347,48 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €11.347,48 (onze mil trezentos e quarenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.16. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 20/DOP/2017 – TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS ----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 20/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 4.328,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de €4.328,00 (quatro mil trezentos e vinte e oito euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

1.17. LOTE 1: REQUALIFICAÇÃO DA AVENIDA DO ESTÁDIO (PAMUS 1.2 E PAMUS 2.1) – AUTO DE MEDIÇÃO Nº 21/DOP/2017 – TRABALHOS NÃO ELEGÍVEIS ---

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 21/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ANTEROS – EMPREITADAS, SOCIEDADE DE CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, S.A., no valor de 2.550,08 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. ---

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À Reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de € 2.550,08 (dois mil quinhentos e cinquenta euros e oito cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

2 - SANEAMENTO E SALUBRIDADE

2.1 SANEAMENTO BÁSICO DE ADÃES - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, ALTURA DINÂMICA LDA., no valor de 14.769,10 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de câmara. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de € 14.769,10 (catorze mil setecentos e sessenta e nove euros e dez cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

2.2. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - AUTO DE MEDIÇÃO Nº 1/DOP/2017 -----

Foi presente para aprovação e autorização de pagamento o Auto de Medição nº 1/DOP/2017, da empreitada em epígrafe, cujo adjudicatário é a empresa, CONTRUÇÕES QUATRO DE MAIO, LDA., no valor de 29.094,00 €, IVA não incluído, que se dá aqui por integralmente reproduzido, para todos os efeitos legais. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o referido auto e autorizar o pagamento no valor de € 29.094,00 (vinte e nove mil noventa e quatro eurs), acrescido de IVA à taxa legal em vigor -----

2.3. AMPLIAÇÃO DA REDE DE SANEAMENTO E ETAR DE CALVÃO - APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHOS -----

Foi presente a informação nº 410/2017, identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Enquadramento -----

1. O Município de Chaves abriu concurso tendo como objeto a adjudicação da empreitada "Ampliação da Rede de saneamento e Etar de Calvão". -----

2. De harmonia com deliberação de reunião de Câmara do dia 10 de abril de 2017, o Município de Chaves adjudicou à empresa "Construções 4 de Maio, Lda", a execução da referida empreitada. -----

3. O ato adjudicatório veio a ser formalizado através de assinatura do competente contrato administrativo de obras públicas, 14 de Julho de 2017. -----

4. O valor da adjudicação, na sequência da proposta apresentada pela firma adjudicatária encontra-se fixado em 398.152,50€ (Trezentos e noventa e oito mil, cento e cinquenta e dois Euros e cinquenta e quatro cêntimos)), acrescido do valor do I.V.A. à taxa legal em vigor, importando destacar as seguintes condições: -----

- Prazo de execução da obra: 180 dias. -----

5. O auto de consignação é de 17 de Julho de 2017. -----

6. O plano de Segurança e Saúde foi aprovado aos 18 dias do mês de agosto de 2017. -----

II - Fundamentação -----

1. O adjudicatário entregou o Plano de Trabalhos Definitivo com o respetivo plano de pagamentos, adaptado à data de início da obra, com vista à sua análise e aprovação. -----

III - Da Proposta em Sentido estrito -----

Após análise dos planos apresentados, cumpre-me informar que os mesmos se encontram em cumprimento dos requisitos definidos no artigo 361º do CCP, propondo-se a sua aprovação. -----

Em anexo: -----

Plano de Trabalhos -----

Plano de Pagamentos -----

À consideração Superior. -----

Chaves, 22 de setembro de 2017 -----

(Fernanda Maria Duro Borges Morais Serra, Eng.ª) -----

DESPACHO DA CHEFE DE DIVISÃO, ENG. AMÉLIA RODRIGUES, DE 2017.09.22. -

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.25. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.25. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

3- OBRAS DE CONSERVAÇÃO

1. ALIENAÇÃO DOS IMÓVEIS DENOMINADOS "SOLAR DE OUTEIRO SECO" E "EIRA"- INSCRITOS, RESPETIVAMENTE, SOB O ARTIGO 123º E SOB O ARTIGO 4945º, NAS MATRIZES URBANA E RÚSTICA DA FREGUESIA DE OUTEIRO SECO, CONCELHO DE CHAVES. ADQUIRENTE: SOLAR INVESTMENT IMOBILIÁRIA, LDA. PROPOSTA Nº. 86/GAP/17 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes e justificação -----

1. O executivo camarário, em sua reunião ordinária realizada no passado dia 14 de fevereiro de 2014, deliberou alienar, mediante procedimento de hasta pública, do domínio privado disponível da autarquia, entre outros, os imóveis conhecidos por "Solar de Outeiro Seco" e a "Eira", que lhe é adjacente, localizados na freguesia de Outeiro Seco, concelho de Chaves, inscritos, respetivamente, na matriz predial urbana sob o artigo 123º e na matriz predial rústica sob o artigo 4945º e descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 504/19870728 e 3519/20090311. -----

2. Dentro do prazo fixado para a apresentação de propostas, de 05 de abril a 05 de maio de 2014 - Edital nº 29/20014 -, não houve qualquer demonstração de interesse pelos bens a alienar, ficando, assim, o procedimento deserto, tendo a ata do ato público de abertura de propostas, da comissão responsável pelo procedimento, sido levada ao conhecimento do executivo camarário, em sua reunião de 09 de junho de 2014, e através da qual foi elucidado o órgão executivo que, nos termos do disposto na alínea c), do nº2 do Artigo 81º do decreto-Lei nº 280/2007, de 7 de agosto - Regime do Património Imobiliário Público -, pode ser adotado o ajuste direto, para a realização da venda, quando a praça da hasta pública tenha ficado deserta. -----

3. E, mediante a Proposta nº 60/GAP/2014, aprovada pelo executivo camarário na referida reunião de 09 de junho de 2014, o Presidente da Câmara ficou legitimado a entabular, institucionalmente, diligências em vista a serem encontrados potenciais interessados na aquisição dos imóveis objeto do procedimento público que ficou deserto. -----

4. Para o efeito, ao abrigo do disposto no nº 2, do Artigo 105º do citado regime jurídico, com as necessárias adaptações, remeteu convite, no passado dia 06 de abril de 2016, para apresentação de proposta, nos precisos termos das normas disciplinadoras do procedimento de alienação, aprovadas pelo competente órgão municipal, à sociedade "Flavigrés, S.A.", com sede em Chaves, e a Mário Manuel Garcia, residente em Vallorbe, Suíça, para apresentação de proposta tendente à aquisição dos imóveis sites na Freguesia de Outeiro Seco, melhor supra identificados. -----

5. Durante o prazo concedido para o efeito, nenhum dos agentes económicos convidados apresentou proposta para a aquisição dos ditos imóveis. -----

6. No pretérito dia 04 do corrente mês de setembro, ao abrigo da credencial administrativa que lhe foi conferida, foi, mais uma vez, encetada diligência tendente à alienação dos aludidos imóveis, mediante a expedição de convite para apresentação de proposta de aquisição ao agente económico Dott. Matteo Arthur Colombo, com morada na Via del Molino, 29, 20091 Bresso (Milão), Itália, nos termos oportunamente definidos. -----

7. No prazo definido para apresentação da proposta - 13 de outubro de 2017 -, veio o empresário convidado, sócio e gerente único da sociedade "SOLAR INVESTMENT - Imobiliária, Lda." - NIPC 514567520,

responder ao convite formulado, apresentando proposta global de aquisição, dos ditos imóveis, pelo valor de €221 220,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e vinte euros), a qual veio a ser registada nos serviços municipais sob o n.º 2017, DCG, E,G, 7507, de 22-09-2017.

8. Tal proposta, consubstanciando a intenção de adquirir os imóveis sitos em Outeiro Seco, e conhecidos por "Solar de Outeiro Seco e "Eira", inscritos na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 123.º e na matriz predial rústica sob o artigo 4945.º, descritos na Conservatória do Registo Predial sob os números 504/19870728 e 3519/20090311, iguala o valor base da "hasta pública", sendo acompanhada do comprovativo de transferência bancária com o n.º 84842521, em 21/09/2017, do Banco BONIFICO SEPA EUROPA (Grupo BNP Paribas), no valor de €22 122,00 (vinte e dois mil, cento e vinte e dois euros), correspondente a 10% do valor da proposta, a título de caução e/ou antecipação de pagamento, para a conta do Município com o IBAN PT50001800031002673002032, do Banco Santander Totta, SA. -----

9. Considerando que a aludida sociedade por quotas - NIPC 514567520 e certificado de admissibilidade no Registo Nacional de Pessoas Coletivas 2017039832 - foi constituída em Portugal, no Instituto dos Registos e Notariado - Empresa Online, no pretérito dia 22 do corrente mês, dada a contemporaneidade da sua constituição jurídica, a exigência da apresentação de documentos comprovativos das situações contributiva (NISS 25145675208) e fiscal regularizadas, perante a Segurança Social e a Autoridade Tributária, não se justifica, pois a aludida firma dispõe do prazo de 15 dias para cumprir a obrigação de entrega da declaração de início de atividade, pelo que se encontram reunidas as condições, previstas nas normas do procedimento, para a realização da venda, mediante ajuste direto. -----

II - Proposta em sentido estrito -----

Face ao exposto, ao abrigo das disposições combinadas e previstas na alínea c), do n.º 2, do art.º 81.º, e n.º 2, do art.º 105.º, do Dec. Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, e em conformidade com as normas disciplinadoras do procedimento, oportunamente aprovadas pelo executivo municipal, tomo a liberdade de sugerir o seguinte:

a) Que seja adjudicada a venda do prédio urbano - "Solar de Outeiro Seco" - e do prédio rústico - "Eira" -, sitos na localidade e freguesia de Outeiro Seco, inscritos nas respetivas matrizes prediais sob os Artigos 123.º e 4945.º e descritos na Conservatória do Registo Predial de Chaves sob os números 504/19870728 e 3519/20090311, pelo valor global de €221 220,00 (duzentos e vinte e um mil, duzentos e vinte euros), à sociedade "SOLAR INVESTMENT - Imobiliária, Lda.", NIPC 514567520, em conformidade com a proposta apresentada; -----

b) Para o efeito, que a referida firma seja notificada para, no prazo de 15 dias, celebrar contrato-promessa de compra e venda, com pagamento de 40% do valor da proposta, no montante de €88 488,00 (oitenta e oito mil, quatrocentos e oitenta e oito euros), sendo o restante do preço, no valor de €110 610,00 (cento e dez mil, seiscentos e dez e euros), liquidado com a formalização da compra e venda;-----

c) Que a formalização do contrato prometido revista a forma de escritura pública, em conformidade com o disposto no Artigo 875.º do Código Civil, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 116/2008, de 4 de julho, e no Código do Notariado, a realizar nos serviços de Notariado Privativo Municipal, ficando desde já legitimado o Presidente da Câmara ou o seu substituto legal a outorgar o respetivo contrato; -----

d) Por fim, no caso de decisão favorável, dever-se-á remeter a presente proposta ao Departamento de Coordenação Geral - Gabinete de Notariado e Expropriações - para ulterior operacionalização. -----
Chaves, 25 de setembro de 2017. -----

O Presidente da Câmara Municipal, -----
António Cândido Monteiro Cabeleira -----

Em Anexo: O respetivo processo administrativo. -----
rigor máximo. -----

Durante a análise e discussão do presente assunto, começou por usar da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, tendo tecido os seguintes comentários: -----
1 - Não quer que fique a impressão de que esta proposta seja, agora, propositadamente, aprovada, numa altura de encerramento da campanha eleitoral, em curso. -----
2 - Considerando o esforço que vinha sendo desenvolvido, desde o mandato autárquico liderado, pelo Dr. João Batista, perspetivando, este, a instalação de um polo universitário da "UTAD" no Solar de Outeiro Seco, não deixa de ser curioso que agora, tal imóvel acabe por ter este desfecho, depois de todas as vicissitudes registadas, sobre a matéria. -----

De seguida, usou da palavra, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Eng.º João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Na situação individual e concreta, em apreciação, sempre defendeu que este edifício deveria ficar na esfera patrimonial municipal. ----

2 - Atendendo, todavia, aos valores envolvidos e, atendendo, ainda, ao facto do interessado, na aquisição do imóvel, poder realizar futuros investimentos, com projeção no Concelho de Chaves, não irá opor-se à aprovação da presente proposta. -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, com a abstenção do Vereador do Partido Socialista, Senhor João Adérito Moura Moutinho, aprovar a referida proposta. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

Ausentou-se da sala, o Vereador do Partido Socialista, Senhor Dr. Francisco António Chaves de Melo, não tendo participado na análise, discussão e votação dos assuntos abaixo mencionados -----

2. PROCESSO DE EXPROPRIAÇÃO LITIGIOSA Nº 512/12.3TBCHV - TRIBUNAL DA COMARCA DE VILA REAL - CHAVES - INST. LOCAL - SECÇÃO CÍVEL J2- PARCELA Nº 9 - "CONSTRUÇÃO DO EDIFÍCIO DA FUNDAÇÃO NADIR AFONSO - SEDE" - JOSÉ DE SOUSA TEIXEIRA CHAVES E OUTROS. -----
NOTA DISCRIMINADA DO CÁLCULO DA ATUALIZAÇÃO DA INDEMNIZAÇÃO. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N 47/GNE/2017 -----

Foi presente a proposta identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais. -----

I - Antecedentes -----

1. Através da Informação número 72/2017, datada de 22/09/2017, o Dr. Vitor Brás, mandatário do Município no processo de expropriação litigiosa supra identificado, que correu termos no 2º Juízo da Instância Local de Chaves, do Tribunal da Comarca de Vila Real, veio

informar este Município da necessidade de se proceder à elaboração de nota discriminada e justificativa da indemnização, nos termos do nº 1, do Artigo 71º, do Código das Expropriações -C.E.-, fixada por sentença de 29 de junho de 2017, na sequência do acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, transitado em julgado em 1 de setembro de 2017.

2. A referida nota, face à notificação eletrónica realizada pelo escrivão do processo, no pretérito dia 19/09/2017, deverá ser enviada ao Tribunal, até ao dia 2 de outubro de 2017. -----

II - Fundamentação -----

1. Em conformidade com o despacho proferido pela respetiva Juíza do aludido Processo e nos termos do disposto no Artigo 71º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de setembro, alterado e republicado pela Lei nº 56/2008, de 4 de setembro, conjugado com o Artigo 24º do mesmo Código, relevam para o cálculo atualizado do montante indemnizatório os seguintes elementos: -----

PARCELA Nº 9 -----

| Prcº 512/12.3TBCHV - J2 "Construção do Edifício da Fundação Nadir Afonso - Sede" Expropriados: José de Sousa Teixeira Chaves e outros. | Dados relevantes | Índice de preço no consumidor, com exclusão da habitação Fator de atualização (INE) |
|--|---------------------------|---|
| Data da publicação da DUP | 05 de janeiro de 2011 | |
| Valor da Indemnização fixada pela decisão transitada em julgado | €184 660,32 | 1,06493986123146 |
| Data da decisão final do Processo | 01 de setembro de 2017 | |
| Data do despacho que autoriza o levantamento de parte do montante depositado | Não houve | |
| Valor cujo levantamento foi autorizado | Não houve | |

2. Em conformidade com o disposto no Acórdão de fixação de jurisprudência do STJ nº7/2001, de 12 de julho, e para efeitos do disposto nos Artigos 24º e nº1 do Artigo 71º do C.E., foram calculados os montantes a depositar, em conformidade com os dados relevantes constantes do quadro sinóptico supra, e elaborada a respetiva nota justificativa, com recurso à ferramenta disponibilizada, para o efeito, no portal do Instituto Nacional de Estatística - INE - sendo certo que após a realização do depósito os expropriados e os demais interessados poderão proceder à sua impugnação, nos termos do disposto no Artigo 72º do C.E.. -----

3. Importa registar, no caso individual e concreto do presente processo de expropriação, que a **indemnização atualizada da Parcela nº9**

atinge o montante de **€196.652,14**, sendo certo que, à ordem dos autos, este Município procedeu ao depósito em dinheiro da importância de **€142.974,50**, havendo, assim, necessidade de proceder ao depósito do montante adicional de **€53 677,64.**, para satisfazer o pagamento da indemnização devida, até ao próximo dia 2 de outubro, impreterivelmente. -----

4. A caução prestada pela garantia bancária nº GAR/11301364, de 2011/05/03, emitida pelo Banco BPI, S.A., no montante de €46 099,00, correspondente ao montante da avaliação inicial, após a realização do depósito indicado no número anterior, não havendo necessidade de proceder ao seu acionamento, deverá ter assegurado o seu cancelamento logo que seja efetuado o pagamento da indemnização, nos termos do disposto no nº5 do Artigo 72º do C.E. -----

III - Proposta em sentido estrito -----

Assim, em vista ao cumprimento do despacho proferido pela Juíza do Processo de expropriação litigiosa nº **512/12.3TBCHV- Tribunal da Comarca de Vila Real - Chaves - Inst. Local - Secção Cível J2**, em coerência com as razões anteriormente enunciadas, e em conformidade com o disposto sobre a matéria na alínea vv), do nº 1, do Artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, no nº1 e no nº2 do Artigo 71º, do Código das Expropriações - C.E. -, tomo a liberdade de sugerir que seja adotada a seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que a presente Informação/Proposta seja agendada para a próxima reunião do executivo camarário, para efeitos de aprovação da nota discriminada do montante em dívida referente ao processo de expropriação litigiosa número **512/12.3TBCHV- Tribunal da Comarca de Vila Real - Chaves - Inst. Local - Secção Cível J2** - "Construção do Edifício da Fundação Nadir Afonso - Sede", referente à Parcela nº9, em que são **expropriados José de Sousa Teixeira Chaves e outros**, no valor de **€184 660,32**, e à realização do depósito adicional de **€53.677,64**, importando a **indemnização atualizada em €196 652,14**; --

b) Que a mencionada nota discriminada do montante indemnizatório em dívida, atualizado, seja enviada ao mandatário da autarquia, acompanhada do comprovativo da realização do depósito adicional, em vista à adoção das diligências necessárias à operacionalização da presente proposta. -----

Chaves, 25 de setembro de 2017. -----

A Técnica Superior, -----

Cristina Rodrigues -----

Em anexo: -----

- Nota discriminada e justificativa do montante indemnizatório em dívida; -----

- Documento referente ao fator de atualização da indemnização, processado por computador no Portal do INE, com o número de identificação ID2956125092017093941; -----

- Cópia da Garantia Bancária nº nº GAR/11301364, de 2011/05/03, emitida pelo Banco BPI, S.A.. -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.26. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.26. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se -----

VIII
DIVISÃO DE AGUAS E RESÍDUOS

IX

1. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO - DANOS EM VIATURA VOLKSWAGEN PASSAT, COM MATRÍCULA 60-66-UT - REQUERENTE: LUÍS FILIPE SÁ LOPES - INFORMAÇÃO 130/UFRO/2017 -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

1. INTRODUÇÃO-----
Através de requerimento, com registo de entrada nos serviços administrativos competentes deste Município, sob o n.º 7364, datado do pretérito dia 2017/09/18, Luís Filipe Sá Lopes, com residência na Rua de Casas dos Montes, n.º129, 5400-188 Chaves, solicita indemnização, por danos sofridos na viatura supracitada, no dia 09 de setembro de 2017 no caminho do Bairro 25 de Abril em Loivos. -----

2 - PARECER-----
O requerente, descreve que circulava na referida via, quando se deparou com vários buracos no pavimento, sem qualquer tipo de sinalização, danificando a viatura. -----
Foi chamada a Guarda Nacional Republicana e reboque para transportar a viatura.-----

O lesado apresentou declaração/informação da Guarda Nacional Republicana, fotos do local e danos na viatura, bem como orçamento de reparação do veículo no valor total com iva de 688,49€ (seiscentos e oitenta e oito euros e quarenta e nove centimos). -----
Face ao exposto, esta unidade informa o seguinte:-----

1 - A Unidade Flexível de 2.º Grau de Recursos Operacionais, não teve conhecimento nem foi informado sobre qualquer anomalia/deficiência da referida via; -----

2 - Após deslocação ao local, verificou-se que no referido local, a via tem 6,50 metros de largura, está pavimentada com rachão de granito (bastante irregular) e os referidos buracos não têm mais de 3 cm de profundidade; -----

3 - A via em causa, permite que o condutor circulando a uma velocidade moderada e adequada às circunstâncias do tempo/visibilidade/piso, respeitando as regras impostas pelo Código da Estrada, pode evitar/avistar atempadamente obstáculos que aí se revelem;-----

4 - De acordo com o Código da Estrada, o condutor, deve regular a velocidade do seu veículo em função das características e estado da via, do veículo, da carga transportada, das condições meteorológicas ou ambientais, da intensidade do trânsito e em função de quaisquer outras circunstâncias, que lhe permitam em condições de segurança, parar o seu veículo no espaço livre e visível à sua frente;-----

5 - Para o Município ser responsabilizado, não basta a confirmação de deficiências na via, uma vez que não constitui, por si só, base factual suficiente para a condenação do Município, faltando além do mais, provar o nexo de causalidade adequada, tanto mais, que face às características da via (zona ingreme com pavimento irregular (rachão)), obriga a uma condução muito moderada e prudente; -----

6 - A apresentação de uma declaração efetuada à Guarda Nacional Republicana, orçamento de reparação dos danos e fotos, não pode constituir elemento probatório suficiente para imputar

responsabilidade civil extracontratual ao Município, quer por acção, quer por omissão de conduta de vida. -----
Assim, não decorre qualquer responsabilidade da Autarquia justificadora, a título de responsabilidade extracontratual, da assumpção do pagamento de qualquer indemnização pelos danos provocados na viatura supramencionada propriedade do requerente. -----

3 - CONCLUSÃO FINAL-----

Em coerência com as razões de facto e de direito acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adopção da seguinte estratégia procedimental: -----

a) Que o assunto seja agendado para a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal, com vista à obtenção da competente decisão administrativa, consubstanciada na intenção de indeferir a pretensão formulada pelo requerente; -----

b) Deverá o interessado ser notificado, nos termos do art. 114º do Código do Procedimento Administrativo, da decisão que vier a ser proferida sobre a matéria ora em apreciação. -----

À consideração superior, -----
20/09/2017-----

O Chefe de Divisão-----
(Inácio Morais, Eng.º) -----

DESPACHO DO DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL, DR. MARCELO DELGADO, DE 2017.09.21. -----

A presente informação/parecer satisfaz os requisitos legais e regulamentares estabelecidos sobre a matéria. À consideração superior.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ARQ. ANTÓNIO CABELEIRA DE 2017.09.22. -----

À reunião de Câmara -----

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação técnica supra. Proceda-se em conformidade com o teor da mesma. Notifique-se. -----

X

FORNECIMENTOS/BENS E SERVIÇOS

1. COMUNICAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, AO ABRIGO DA LEI N.º 42/2016 DE 28 DE DEZEMBRO QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2017. INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 46/GNE/2017, DATADA DE 25 DE SETEMBRO DE 2017 -PARA CONHECIMENTO -----

Foi presente a informação identificada em epígrafe, cujo teor se transcreve, na íntegra, para todos os efeitos legais.-----

INTRODUÇÃO -----

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 (LOE2017), aprovada pela Lei n.º 42/2016 de 28 de dezembro, veio, através do seu art.º 49º, regular o regime aplicável às aquisições de serviços.-----

Nos termos do disposto no n.º 4, do art.º 49º, "a celebração ou renovação de contrato de aquisição de serviços é obrigatoriamente comunicada, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato, ao membro do Governo responsável pela área das finanças, em termos a fixar por portaria deste";-----

No entanto o n.º 12, do art.º 49º, estipula que, nas autarquias locais, a comunicação prevista no referido n.º 4 é feita ao órgão executivo;-----

Assim, da conjugação dos n.ºs 4 e 12 do art.º 49º, conclui-se que a celebração ou renovação de contratos de Aquisição de Serviços estão

sujeitas ao dever de comunicação à Câmara Municipal, no prazo de 30 dias contados da assinatura do contrato;-----
 Neste enfoque, foi elaborada a listagem, pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, que contém informação relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, por forma a cumprir, dentro do prazo legalmente estabelecido, o dever de comunicação, anteriormente, mencionado.-----

2. PROPOSTA/DECISÃO:-----

Assim, em coerência com as razões acima enunciadas, tomo a liberdade de sugerir a adoção da seguinte estratégia de atuação:-----

Levar ao conhecimento do órgão executivo municipal, na próxima reunião ordinária, a listagem, elaborada pelo Gabinete de Notariado e Expropriações, relativa à celebração de contratos de Aquisição de Serviços, sujeitos à forma escrita, conforme documento cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, o que se anexa à presente informação.-----

À consideração superior.-----

Chaves, 25 de setembro de 2017.-----

A Assistente Técnica, (Carla Carvalho)-----

Em anexo: A referida listagem da celebração de Contratos de Aquisição de Serviços. -----

CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS (Lei 42/2016 de 28/12, n.ºs 4 e 12, do art.º 49.º)

| Concurso Público/ Ajuste Direto | Designação do Procedimento | Data | | | Adjudicatário | | Valor do Contrato S/Iva |
|------------------------------------|--|--------------------------|-------------|------------|---------------|---|-------------------------|
| | | Abertura do Procedimento | Adjudicação | Contrato | | | |
| CP 07/SC/2017 | Prestação de Serviços para Fornecimento de Refeições aos Estabelecimentos do Ensino Básico. | 17.07.2017 | 09.08.2017 | 30.08.2017 | Nome : | Eurest (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes Lda. | € 131 271,00 |
| | | | | | Sede : | Avenida da Quinta Grande, Edifício Prime 53, 6.º, Alfragide, 2610 Amadora | |
| CP 04/SC/2017 | Aquisição de Serviços para o desenvolvimento de atividades de animação e de apoio à família nos jardins de infância para o ano letivo 2017/2018. | 31.05.2017 | 17.07.2017 | 13.09.2017 | Nome : | Associação Juvenil de Solidariedade Social - Geração Solidária | € 74 900,00 |
| | | | | | Sede : | Rua Dr. Júlio Martins, Gab. 2, 5400-423 Chaves | |
| CP 05/SC/2017 | Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Alunos em Circuitos | 09.06.2017 | 04.08.2017 | 13.09.2017 | Nome : | Auto Viação do Tâmega, Lda. | € 103 445,00 |
| | | | | | Sede : | Largo da Estação, 5400-231 Chaves | |

| | | | | | | | |
|------------------|--|------------|------------|------------|--------|---|--------------|
| | Especiais para o ano letivo de 2017/2018 - Circuitos n.ºs 2,3,4,5,6,7,9, 11 e 13. | | | | | | |
| AD 27/SC/2017 | Aquisição de Bilhetes de Assinatura (Passes Escolares) para o ano letivo de 2017/2018. | 09.06.2017 | 04.08.2017 | 13.09.2017 | Nome : | Auto Viação do Tâmega, Lda. | € 292 366,69 |
| | | | | | Sede : | Largo da Estação, 5400-231 Chaves | |
| AD 40/SC/2017 | Aquisição de Serviços para a Exposição "João Machado e a Arte Visual, no MACNA. | 24.07.2017 | 08.08.2017 | 15.09.2017 | Nome : | João Machado Design, Lda. | € 28 950,00 |
| | | | | | Sede : | Rua Padre Xavier Coutinho, n.º 125, 4150-751 Porto | |
| CP 05/SC/2017 | Prestação de Serviços de Transporte Terrestre de Alunos em Circuitos Especiais para o ano letivo de 2017/2018 - Circuitos n.ºs 14,15 e 17. | 09.06.2017 | 04.08.2017 | 22.09.2017 | Nome : | Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Chaves | € 16 393,10 |
| | | | | | Sede : | Rua Dr. Morais Sarmento, Edifício 6, Loja 24, 5400-082 Chaves | |

A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

XI ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA

1- GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

2- GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

XII DIVERSOS

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Concluída a análise, discussão e votação de todos os assuntos, e antes de proceder ao encerramento da presente reunião, o Senhor Presidente da Câmara, Arq. António Cândido Monteiro Cabelreira, deu a palavra aos presentes que mostraram interesse em intervir na presente reunião, nos

termos do disposto do n.º. 2, do art. 49º, do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. -----

- Usou da palavra, a Senhora Albertina Freire da Silva Coelho, residente em Faiões, tendo, sumariamente, abordado o assunto relacionado com a sua habitação e com a construção ilegal de um muro de vedação que com ela confina. -----

A Autarquia prestou informação no sentido de que a construção do dito muro era ilegal devendo o mesmo ser demolido, demolição essa que, até à presente data, ainda não foi executada. -----

Solicitou, junto do Presidente da Câmara, informação sobre a razão pela qual o dito muro ainda não foi demolido, arrastando-se, tal processo, de forma inusitada no tempo. -----

Sobre a matéria, em apreciação, o Presidente da Câmara confiou a palavra, ao Vice-Presidente da Câmara, enquanto responsável, pela área de intervenção correlacionada com a Gestão Urbanística, tendo em vista o esclarecimento da matéria, aparentemente, controvertida. -----

Sequencialmente, sobre a matéria, em análise, o Vice-Presidente da Câmara, prestou, junto da interessada, verbalmente, os seguintes esclarecimentos: -----

1 - O interessado que levou a efeito a construção do muro, em causa, acionou todos os mecanismos de defesa, pugnando pela legalização do mesmo e pela inadequação da medida de demolição. -----

2 - Na presente data, o processo administrativo já deu origem à emissão da ordem de demolição do muro, ordem essa que irá ser executada, pela administração municipal. -----

3 - A administração Municipal atuou com total legalidade e a ordem de demolição irá ser executada, sendo certo que, para o efeito, o processo veio a ser confiado à "DRO". -----

De seguida, usou da palavra o Senhor Manuel Leão, tendo, sumariamente, apresentado um alerta, junto do Presidente da Câmara, relacionado com a queda de uma árvore, na zona do Jardim do Tabolado. -----

Estas situações, na linha dos acontecimentos, recentemente, registados, no Arquipélago da Madeira, com a queda de uma árvore, devem ser, preventivamente, ponderadas, pela Autarquia. -----

Sobre esta matéria, deu como exemplo a existência de uma árvore, localizada na Av. 5 de Outubro, sendo necessário que a mesma seja devidamente podada. -----

Concluindo a sua intervenção, reiterou o seu pedido de esclarecimentos relativamente às seguintes matérias: -----

- Beco dos Correios e instalação de esplanadas na Ponte Romana, sendo sua convicção que, a aludida Ponte, sendo um monumento público, não pode ser ocupada, regularmente, com a colocação de esplanadas. -----

Por último, antes de encerrar a presente reunião, usou da palavra o Senhor Presidente da Câmara, dirigindo-se aos restantes elementos do executivo municipal, tecendo os seguintes comentários: -----

1 - O encerramento da presente reunião tem um simbolismo especial e associado à conclusão do mandato autárquico iniciado no ano de 2013.

2 - Neste contexto, manifestou a sua satisfação pelo facto das inúmeras reuniões, deste executivo municipal, realizadas ao longo do presente mandato autárquico, terem evidenciado um bom relacionamento democrático entre todos os seus membros, independentemente das divergências políticas registadas, as quais não comprometeram o normal

funcionamento, deste órgão autárquico, na defesa dos interesses das populações locais. -----

Seguidamente usou da palavra a vereadora do Partido Socialista, Dra. Paula Barros, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Embora se avizinha o encerramento do presente mandato autárquico que o povo flaviense, democraticamente, lhe confiou, manter-se-á ativa no exercício dos seus direitos de participação cívica e política. -----

2 - Formou a expectativa de que o presente mandato autárquico pudesse ser, politicamente, muito desafiante, considerando o equilíbrio das forças políticas com representação, neste órgão executivo. -----

3 - No cenário político de partida, sem os entendimentos políticos que levaram à composição do executivo com quatro vereadores, em regime de permanência, é sua convicção que a Autarquia seria perfeitamente governável. -----

4 - Neste final de mandato autárquico, não poderá deixar de agradecer o trabalho desenvolvido, pelos demais vereadores do Partido Socialista, e, simultaneamente, enaltecer o bom convívio democrático registado, ao longo das diversas reuniões do executivo, decorrendo as mesmas com grande sentido democrático e respeito pela função política. -----

5 - Tudo, em defesa dos superiores interesses dos flavienses. ---

6 - Por último, registou uma palavra de reconhecimento, relativamente à competência e profissionalismo evidenciados, pelo secretário das reuniões, deste executivo, no caso, Dr. Marcelo Delgado, no apoio técnico e administrativo prestado ao funcionamento regular das reuniões, reconhecimento esse que é, também, extensível a todos os demais colaboradores municipais que o coadjuvaram, em tal ação. -----

Seguidamente usou da palavra o vereador do Partido Socialista, Eng. João Adérito Moura Moutinho, tendo tecido os seguintes comentários: -----

"Pensei várias vezes se deveria fazer esta intervenção, concluindo que, atendendo à importância que para mim representou este período de tempo, cerca de quatro anos, seria importante fechar este ciclo da minha vida com um pequeno texto escrito, em vez de palavras de circunstância, em que as ideias poderiam não surgir tão lúcidas e ordenadas. -----

Antes de mais, congratulo-me com o ambiente de diálogo franco e aberto que caracterizou todas as reuniões de câmara, que não afetou em nada as relações pessoais que existiam e existem entre os membros deste órgão autárquico. Sempre fui habituado na minha vida profissional a manifestar a minha opinião de uma forma clara e honesta, sem que isso afetasse o relacionamento pessoal dentro das instituições onde exerci a minha atividade. O mesmo fiz nas reuniões de câmara, tendo como objetivo o desenvolvimento do nosso concelho, independentemente dos interesses partidários. Isto nem sempre é fácil, havendo por vezes a necessidade de fazer escolhas, uma vez que pode existir mais que uma boa solução ou várias soluções menos más. -----

Atendendo ao período eleitoral que se avizinha e para não ser mal interpretado, não vou apresentar aqui, de uma forma detalhada, a minha visão para o desenvolvimento do concelho, pois isto de alguma maneira já foi feito nas reuniões de câmara. Gostaria no entanto de deixar algumas ideias-chave, que me parece serem importantes para a prossecussão desse objetivo: -----

-Chaves deve alicerçar o seu desenvolvimento nas áreas do turismo (termal, ambiental e cultural), comercio, energia e industrias não poluentes. -----

-O executivo que sair das próximas eleições deve prestar particular atenção às vias de comunicação intra-regionais, para promover sinergias entre os vários concelhos do Alto Tâmega. -----

-Chaves deve apostar decididamente nalgumas áreas do ensino superior, como termalismo, turismo e energias renováveis e desenvolvimento do ensino profissional. Voltando a realçar como já o fiz anteriormente neste fórum, que as cidades do interior mais desenvolvidas, como Vila Real, Bragança ou Covilhã, possuem ensino universitário. Normalmente junto de polos universitários pode surgir um variado conjunto de pequenas empresas. -----

-A última e mais importante: o novo executivo deve continuar a desenvolver esforços no sentido da melhoria dos nossos serviços de saúde que são de primordial importância para a fixação de população no concelho. -----

Por último quero enaltecer a forma como o Sr. Presidente da Câmara conduziu as reuniões, o trabalho desenvolvido pelo secretariado das mesmas, coordenado pelo Dr. Marcelo Delgado, que levou a cabo todo o excelente trabalho administrativo e de assessoria jurídica, e agradecer aos meus colegas do PS a compreensão que manifestaram pelas posições que tomei em algumas delas. Apesar da falta de sintonia que por vezes existiu, isso não afetou o ambiente de cordialidade e amizade que existe entre nós. Por tudo isto e pelo que pude observar nas reuniões da Assembleia Municipal, sou levado a concluir que a Democracia em Chaves já atingiu um elevado patamar de evolução, podendo até servir de exemplo para muitos concelhos do País." -----

Seguidamente, usou da palavra o senhor vereador do Movimento Independente Autárquico, Senhor João Neves, tendo tecido os seguintes comentários: -----

1 - Agradecer a todos os membros deste executivo municipal, registando, particularmente, o espirito de amizade que prevaleceu no relacionamento, entre o Senhor Presidente da Câmara e todos os Vereadores. -----

2 - Agradecer, também, a participação ativa, do Vereador do Partido Social Democrata, Dr. Paulo Alves, sendo inquestionável que a sua ação política desenvolvida, neste executivo, e que agora se encerra, foi relevante para a defesa dos interesses das populações locais. -----

Por último, usou da palavra o senhor vereador do Partido Social Democrata, Dr. Paulo Alves, tendo tecido os seguintes comentários: --

1 - Foi um privilégio poder colaborar, ativamente, no âmbito da função política prosseguida, por este executivo municipal, independentemente das divergências registadas, entre os seus membros, as quais, diga-se, não comprometeram o saudável convívio democrático que pautou o funcionamento regular das reuniões do executivo municipal, realizadas ao longo deste mandato autárquico. -----

3 - Agradeceu, ainda, as palavras proferidas, pelo vereador, Senhor João Neves, registando, com grande satisfação, o espirito de partilha e de missão política evidenciado, por todos os membros deste executivo municipal, tudo na defesa democrática e responsável dos interesses coletivos dos flavienses. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata sob a forma de minuta, nos precisos termos do disposto no artigo 57º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e ulteriores alterações, com vista à sua executoriedade imediata. -----

E na da mais havendo a tratar o Presidente deu como encerrada a reunião quando eram onze horas e quinze minutos, para constar se lavrou a presente ata, e eu, Marcelo Caetano Martins Delgado, redigi e vou assinar, junto do Presidente. -----
